

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

MARINA SCHKOLNICK SOARES LEITE

**CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO EM ÁREAS
METROPOLITANAS:
A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS COMUNAS DA TERRA E A COOPERATIVA TERRA
E LIBERDADE**

São Bernardo do Campo

2020

Marina Schkolnick Soares Leite

**CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO EM ÁREAS
METROPOLITANAS:**

A produção agrícola das Comunas da Terra e a Cooperativa Terra e Liberdade

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Universidade Federal do ABC,
como parte das exigências para a obtenção
do título de Bacharel em Planejamento
Territorial.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Travassos

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2020

RESUMO

A partir do estudo de práticas que se propõem a contrapor as cadeias tradicionais de produção e consumo agrícola, especialmente pela diminuição das distâncias percorridas pelos alimentos e priorização da agricultura de base ecológica, este trabalho pretende investigar os Circuitos Curtos de Produção e Consumo observando a literatura existente, e aplicando-a à dinâmica formada pela Cooperativa Terra e Liberdade na Região Metropolitana de São Paulo, que constitui um destes circuitos juntamente às Comunas da Terra, assentamentos do Movimento dos Sem Terra localizados próximos à grandes centros urbanos. Dessa forma, objetiva-se identificar a caracterização de circuitos curtos de comercialização, a partir das especificidades acerca das diferentes formas de proximidade e organização geográfica do abastecimento alimentar em áreas urbanas.

Palavras-Chave: Circuitos de Proximidade; Circuitos Curtos de Produção; Agroecologia; Abastecimento Urbano; Agricultura Sustentável

ABSTRACT

Based on the study of practices that intend to oppose traditional production and agricultural consumption chains, especially by reducing the distances covered by produces and prioritizing ecologically based agriculture, this paper seeks to investigate the Short Production and Consumption Circuits, by observing the existing literature and applying it to the dynamics formed by the Terra e Liberdade Cooperative in the São Paulo Metropolitan Region, which constitutes one of these circuits, together with the Comunas da Terra, settlements of the Movimento dos Sem Terra located close to large urban centers. Thus, the objective is to identify a characterization of these Circuits from its specificities, especially concerning the different forms of proximity and geographic organization of food supply chains in urban areas.

Key Words: Proximity Circuits; Short Production Circuits; Agroecology; Urban Supplying; Sustainable Agriculture

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
OS CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	9
1.1 O que são Circuitos Curtos?	9
1.2 Os Circuitos Curtos de Comercialização e Produção no Brasil	22
OS CCC E O MOVIMENTO DOS SEM TERRA	34
2.1 O Projeto das Comunas da Terra	35
2.2 As Comunas da Terra na RMSP	44
2.2.1 Comuna Dom Tomás Balduino	49
2.2.2 Comuna Irmã Alberta	52
2.2.3 Comuna Dom Pedro Casaldágua	56
ESTUDO DE CASO: A COOPERATIVA TERRA E LIBERDADE	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICE - PERGUNTAS ORIENTADORAS PARA A ENTREVISTA	75

INTRODUÇÃO

As cadeias convencionais de produção e comercialização de produtos agrícolas tendem a acompanhar os grandes mercados na centralização dos setores de distribuição, fazendo com que sua logística geral seja caracterizada por circuitos considerados longos na relação inexistente entre produtores e consumidores, grande quantidade de intermediários e longa distância percorrida pelos produtos. Este sistema favorece produtos padronizados, com preços e classificações determinadas pelos distribuidores (como grandes redes de supermercados), fazendo com que a diversificação dos sistemas agroalimentares (necessária para seu equilíbrio ecossistêmico) e valorização de pequenos agricultores fique em segundo plano.

Contraopondo esta tendência, há um surgimento de experiências alternativas de distribuição de alimentos, com o intuito de reconhecer o papel da agricultura familiar e de base sustentável, tendo origem tanto na sociedade civil quanto em políticas públicas, caracterizando cadeias com distâncias (tanto físicas quanto relacionais) menores. Dessa forma, o presente trabalho pretende investigar a caracterização dos circuitos curtos de comercialização, observando conceitos sobre as possíveis formas de proximidade e de localização de abastecimento alimentar, especialmente no que diz respeito à produção próxima aos grandes centros urbanos.

Quando há diferenciação entre produtos vindos de um circuito curto e produtos vindos de circuitos tradicionais e a formação social dos atores envolvidos (consumidores, produtores e agentes públicos), as práticas alternativas acabam por promover o fortalecimento da agricultura local e de menor escala. Porém, esta efetividade de circuitos curtos demanda que os agricultores se debrucem sobre atividades que não apenas a produção, como o trabalho da venda direta. Tal demanda requer uma reorganização do trabalho e repartição de tarefas dentro do grupo produtivo e/ou organização produtiva, bem como meios de garantia de acesso aos mercados.

Dentro desse contexto, vemos no Brasil diversas tentativas de desenvolver formas alternativas de produção de alimentos, como nos movimentos orgânicos e agroecológicos, que são aliados à diminuição das distâncias entre consumidores e produtores. Dentre modalidades de feiras livres, organizações sociais e coletivos de consumo, temos ainda os mercados institucionais criados pelos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), políticas públicas que, mesmo sem ter o conceito de circuitos curtos de comercialização e produção como prioridade, acabam por fortalecê-los.

A conceituação destes circuitos de proximidade no contexto brasileiro é caracterizada especialmente a partir do escoamento de produções agroecológicas de forma a evitar os mercados tradicionais e conservar um maior valor agregado aos produtos. O processo de consolidação destes circuitos, porém, necessita de uma construção à longo prazo, mesmo que partindo das disposições de políticas públicas que os favoreçam, pois necessitam da construção de valores comuns aos agentes.

Uma dessas experiências é conduzida pelo Movimento dos Sem Terra, que vem há décadas construindo produções agroalimentares sustentáveis socioambientalmente, e em proximidade aos grandes centros urbanos, propõem as Comunas da Terra, assentamentos que promovem dinâmicas produtivas alternativas nestes contextos.

Dessa forma é possível notar a relevância em investigações acerca da conceituação de circuitos curtos de comercialização e produção, tanto na literatura acadêmica quanto na realidade territorial brasileira, identificando práticas agrícolas de base sustentável inseridas em circuitos curtos dentro de contextos metropolitanos, especificamente na RMSP, uma vez que é perceptível o aumento de interesse por alimentação saudável e justa do ponto de vista agrário e apoio e reconhecimento aos entes que a promovem, na contramão da expansão dos setores de grandes distribuições de alimentos.

Com o intuito de analisar o funcionamento de um Circuito Curto de produção e comercialização no contexto urbano, o presente trabalho pretende estruturar, a partir

da revisão da literatura, uma caracterização da Cooperativa Terra e Liberdade, que atua na RMSP com dirigentes do MST e agricultores das Comunas da Terra, estudando aspectos da logística de transporte e modalidades de venda, considerando a premissa de que práticas de agricultura familiar e de base sustentável em regiões metropolitanas, quando inseridas em Circuitos Curtos de produção e comercialização beneficiam tanto aos agricultores e suas famílias quanto aos consumidores, no que diz respeito à qualidade dos produtos, preços, logística, relações comerciais e fatores ambientais (RETIÉRE, 2014).

Para tanto, o primeiro capítulo é composto de uma revisão bibliográfica de produções acadêmicas que conceituam os circuitos curtos, bem como analisam estudos de caso e sua presença no contexto brasileiro. Observando como os Circuitos Curtos estão presentes no cenário nacional, o segundo capítulo é dedicado a estudar o papel importante do Movimento dos Sem Terra neste âmbito, focando em seu modelo de assentamentos próximos à áreas urbanas, as Comunas da Terra. Por fim, no terceiro e último capítulo é feito o estudo de caso da Cooperativa Terra e Liberdade, caracterizando-a como um Circuito Curto, a partir dos conceitos abordados nas partes anteriores.

1. OS CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

1.1 O que são Circuitos Curtos?

O acesso à alimentação é considerado uma das centrais problemáticas da existência e desenvolvimento humano desde o surgimento da espécie e das nossas sociedades, fazendo com que seja reconhecido na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em seu 25º artigo, juntamente com os direitos à saúde e bem-estar de um sujeito e sua família. Recentemente, os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU)*, reforçam esta ideia, frente ao cenário atual de extrema desigualdade global e devastação ecológica, colocando como metas a extinção da fome, melhoria nutricional, promoção da segurança alimentar (direito ao acesso regular à alimentos de alta qualidade e em quantidade suficiente) e agricultura de base sustentável (aquela que é justa do ponto de vista social, ambiental e economicamente viável).

Quando observamos os caminhos pelos quais estas metas podem ser atingidas e sua importância diante do contexto em que estamos inseridos, as políticas públicas de cunho territorial focadas em desenvolvimento rural sustentável têm se mostrado ferramentas essenciais para a discussão da viabilidade da segurança alimentar, e pavimentando possíveis rotas para o aumento da equidade social, diminuição dos impactos ambientais e promoção da soberania alimentar, que representa a garantia do poder de decisão acerca da produção e consumo de alimentos à um povo, que fundamenta estratégias para uma produção sustentável e justa de acordo com as particularidades culturais da população, por meio da aproximação de produção e consumo (RAMBO e FREITAS, 2019).

Os modelos patronais de produção alimentícia, baseados no desenvolvimento agroindustrial, crescimento econômico e individualismo, pautados no projeto de *modernidade*, estão atingindo seus limites naturais, fenômenos sentidos diretamente

pelas sociedades humanas. O sistema vigente é intrínseco ao fortalecimento das *cadeias longas*, como visto nas projeções do MAPA e USDA na última década (RAMBO e FREITAS, 2019), dependentes de exportações e commodities. Para que se possa garantir o acesso à alimentos frescos e diversos, que respeitem também o processo dos produtores, é necessário fomentar uma abordagem que olhe para os produtores familiares de pequeno porte, organizações sociais e estratégias de fortalecimento destes grupos por *circuitos curtos de produção*.

Além das exportações, os mercados agrícolas tradicionais impõem aos produtores exigências fixas de escala e padrões, o que faz com que seja necessário um grande investimento em infraestrutura de produção. Dessa forma, produtores menores ou que não possuem as capacidades materiais para atender a estes padrões se vêem automaticamente excluídos dos tradicionais *circuitos longos*. (RAMBO e FREITAS, 2019)

A partir dos questionamentos aos princípios fundamentais do sistema convencional, são concebidos os Sistemas Agroalimentares Alternativos (SAA), que se colocam como oposição à globalização dos circuitos alimentares e devastação dos ecossistemas, incluindo os agrícolas. Os SAA propõem construir sistemas nos quais há a possibilidade de redistribuição do valor agregado dos produtos, aproximação afetiva entre os atores envolvidos, novas formas de organização sociopolítica e governança compartilhada.

Estes sistemas alternativos também têm como propósito ‘relocalizar’ o abastecimento de alimentos, por meio de diversos processos, como a priorização da produção local, mais próxima aos locais de consumo, ou diminuição dos intermediários entre produtor e consumidor, além de priorizar produções com caráter ecológico e maior autonomia econômica dos produtores (RETIÉRE, 2014).

Os *circuitos curtos de consumo* (CCC) (nomeação utilizada por Claudia Ranaboldo em 2014) são, portanto, caracterizados por serem SAA, que surgem a partir de questionamentos à padronização, escala, homogeneização e especialmente, à alta

quantidade de intermediários entre produtor e consumidor em comercializações de grande distância presentes nos circuitos tradicionais (RETIÉRE, 2014).

Para os fins necessários no presente trabalho, entende-se por CCC, sistemas alimentares que incluem entre a produção e comercialização de produtos agropecuários ou beneficiados, no máximo um intermediário. Há diversas modalidades que podem ser caracterizadas como participantes de CCC, como feiras livres, grupos de consumidores organizados, venda *in loco* (no próprio local de produção) e até mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Uma das principais estudiosas dos sistemas de CCC, Claudia Ranaboldo, juntamente com Marta Arosio, os define em artigo publicado em 2014 a partir das seguintes características: a) pequena ou nula intermediação entre consumidores e produtores, b) proximidade geográfica e c) confiança e fortalecimento do capital social.

Atualmente, é possível observar o surgimento de outros tipos de mercados inovadores que renovam o interesse de ambos produtor e consumidor pelo tema, como lojas especializadas de produtores, pontos de venda coletivos ou redes de grupos consumidores, o que é especialmente notável em espaços urbanos, cuja conexão com os produtores agrícolas de áreas próximas pode incluir pedidos antecipados pela internet (RETIÉRE, 2014).

Todos os sistemas de produção são condicionados por sua localização geográfica, bem como por outros fatores que estruturam os contextos nos quais estão inseridos, moldando os sistemas de produção. Sendo assim, os CCC também estão sujeitos à estas influências diretas; a particularidade destes circuitos se dá pelo fator territorial, ou seja, de sua localização geográfica e formas de convivência e dinâmicas humanas neste espaço (MACÍAS, 2016).

Dados estes elementos, os CCC abrangem os fluxos orientados aos mercados locais e regionais, com maior proximidade entre a origem dos alimentos e as formas de

venda direta. Além da proximidade física, o conceito de CCC engloba a participação ativa de atores considerados pequenos (agricultores familiares, cooperativas) e recuperação da interação próxima com seus consumidores.

Com a disseminação da discussão acerca dos CCC, é apontada, por exemplo, a importância das características do produto ao chegar no consumidor, que deposita um valor (tanto físico quanto emocional) agregado neste tipo de comércio, reforçando a noção de que a proximidade dos circuitos não diz respeito apenas às distâncias percorridas pelos alimentos, mas sim às possibilidades abertas por esse sistema de criar processos de ressocialização e reespecialização dos alimentos, modificando até o julgamento dos preços colocados, que passam a levar em conta os juízos dados tanto pelos consumidores quanto pelos produtores, fazendo com que a compra se faça justa à ambas as partes (RETIÉRE, 2014).

A modalidade de circuitos de proximidade atua na valorização do patrimônio local, equilíbrio nos intercâmbios comerciais e autonomia dos atores. Dentro desta classificação, as cadeias curtas são pautadas por diversas dimensões. São elas: a) espaço físico; reduzindo distâncias que os alimentos percorrem durante o processo, b) social; proporcionando contato direto entre produtor e consumidor, criando uma cadeia de confiança, e c) econômica; fomentando os mercados locais para produção (RAMBO e FREITAS, 2019).

Uma das características que definem os CCC para alguns autores, como Marsden, Banks e Bristow (apud RAMBO e FREITAS, 2019) é o fato de que os alimentos chegam à mão dos consumidores com informações que explicitam como o produto foi feito, por quem e onde. Para esses estudiosos, existem três tipos de cadeias curtas. São elas; 1) cadeias de proximidade espacial, com produtos distribuídos localmente; 2) cadeias espacialmente estendidas, com produtos que carregam valores, significados e informações locais e podem ser comercializados fora da região e origem; e 3) cadeias 'face a face', com distribuição baseada na venda

direta dos produtos pelos produtores, seja em feiras livres ou na própria unidade produtiva.

Além de analisar os circuitos a partir das dimensões envolvidas em sua dinâmica ou das classificações feitas por Marsden, Banks e Bristow (apud RAMBO e FREITAS, 2019), é possível diferenciar os tipos de consumidores que estão envolvidos costumeiramente nestes sistemas. A partir de análises dos sistemas de pedidos de cestas fechadas com compromisso em áreas rurais na França, Lamine elabora uma classificação (apud RETIÉRE, 2014); i) consumidores com engajamento político mínimo, que enxergam nos CCC um modo de consumir produtos de boa qualidade, privilegiando sua saúde e um modo que ajude os produtores; ii) consumidores que buscam sistemas de CCC com o intuito de valorizar o consumo localizado, privilegiando seus laços entre as famílias urbanas e os agricultores, e por fim; iii) consumidores que privilegiam o engajamento político e buscam os CCC como forma de compromisso com os produtores e ato de consumo cidadão. Dessa forma, estes consumidores moldam o mercado básico dos CCC, utilizando seu poder aquisitivo para apoiar SAA.

Quanto aos tipos de CCC caracterizados pela dinâmica de venda ou distribuição, Ranaboldo e Arosio (2014) identificam dez tipos possíveis, analisando diversos casos em contextos variados: 1) venda direta na propriedade; 2) feiras locais; 3) vendas em lojas próprias; 4) venda direta em supermercados; 5) entrega à domicílio; 6) venda antecipada; 7) venda por correspondência (ex: internet); 8) consumo direto na propriedade (ex: agroturismo); 9) venda ao setor público; 10) exportação dentro das normas de comércio justo da CEPAL.

A autora também observa o aumento da demanda por produtos éticos, locais e de maior qualidade, especialmente entre a população de maior engajamento político e na classe média emergente. É importante ressaltar, que este não é o mercado considerado 'gourmet', mas sim da expansão do comércio informal em feiras e

mercados camponeses tradicionais, fomentados por empresários e produtores de pequena escala e abertura de mercados urbanos para produtos locais.

Considerando as diferentes dimensões dos CCC, classificações de consumidores e de tipos de venda, é também possível identificar três tipos de objetivos prioritários dos agentes envolvidos em um sistema do gênero: 1) o foco do sistema é a necessidade da segurança alimentar local; 2) o foco é a valorização do *local*, como espaço de relações sociais e produtivas, e 3) o foco é o fomento da produção e comercialização da agricultura orgânica e de base ecológica, bem como sua valorização ambiental (MACÍAS, 2016).

Os SAA e o movimento da agricultura orgânica e agroecológica no Brasil incluídos em Circuitos Curtos de Produção e Comercialização são beneficiados pela diminuição das distâncias entre as partes envolvidas na produção alimentícia, pois esta proximidade e modalidades alternativas representam uma forma fundamental de escoamento de produção desses agricultores, sem a necessidade de submissão à padronização e escala dos mercados tradicionais. Assim sendo, os CCC, em condições adaptadas ao seu contexto, constituem uma possibilidade de canal alternativo de venda para a produção agrícola, não apenas orgânica e agroecológica, mas também para todo o conjunto da agricultura familiar, que representa uma parte importantíssima da distribuição de alimentos para o mercado doméstico do país (RETIÈRE, 2014).

Quanto aos referenciais teóricos, é certo que a distância espacial menor oferece menores impactos ambientais para a logística de transporte dos alimentos, bem como o aumento da autonomia alimentar regional, mas, há debates em que se propõe pensar na própria definição do que é *local*. A discussão aponta que *local* não diz respeito apenas à proximidade física, mas também à construção social do território, ou seja, às práticas e representações dos atores envolvidos. Dessa forma, um CCC é reconhecido como um circuito 'curto' pela interpretação tanto física quanto social do *local*, sendo assim, um sistema baseado em escalas territoriais, não meramente geográficas.

Outro ponto notável ao se considerar a importância dos CCC é seu potencial em dinamizar a economia local, a partir dos recursos territoriais. A modalidade de comercialização em si não é diretamente responsável por aumentar o valor agregado do produto, porém, este valor é distribuído apenas na zona local e repartido entre menos intermediários. Este fenômeno beneficia a economia local e os pequenos agricultores, uma vez que a produção 'artesanal' tem um impacto econômico diferente da produção em escala industrial. A circulação econômica nesta modalidade permanece no nível local, alternativamente às cadeias longas, pois o dinheiro utilizado em um supermercado, por exemplo, "deixa rapidamente a zona geográfica local" (RETIÉRE, 2014, p. 29).

O funcionamento efetivo de um CCC, porém, apresenta diversos desafios, sendo os principais a acessibilidade dos circuitos para os consumidores (ou, a criação do mercado), e a definição dos preços. Há diferentes maneiras de fundamentar o preço de alimentos envolvidos em um CCC, como baseá-lo nos custos de mercados tradicionais ou a partir dos custos de produção. As técnicas variam em função dos CCC, porém uma das soluções mais condizentes observadas é o processo de negociação coletivizado, que junta diversos atores envolvidos, como produtores e consumidores, para negociar preços justos para ambos (RETIÉRE, 2014).

A valorização vinda da inserção em um CCC dá-se pela dimensão social (relações entre os atores) e econômica, sendo esta última, tanto quantitativa (aumento de renda do produtor pela eliminação de intermediários) quanto qualitativa (não-sujeição à variações de preço de supermercados). Dessa forma, uma das maiores dificuldades enfrentadas para que um CCC possa fomentar estas valorizações é a articulação entre expectativas e demandas dos atores consumidores e as necessidades dos produtores (RETIÉRE, 2014).

Um aspecto importante a ser considerado quando se debate as particularidades dos CCC, é sua incidência significativa em zonas de interface urbano-rural, ou mesmo dentro das zonas urbanas, que têm como principal vantagem a facilidade logística de

proximidade geográfica entre as áreas de produção e consumo e áreas de contato entre agentes econômicos e grupos sociais nas quais a comercialização e trocas ocorrem de fato. Esta modalidade apresenta um dos possíveis mecanismos de funcionamento dos CCC, além de, pelas trocas sociais, fomentar o *valor de identidade local agroalimentária*, conceito estruturado a partir dos potenciais geográficos e características naturais e culturais do que é produzido e consumido em um dado local (MACÍAS, 2016).

Muitos dos alimentos produzidos localmente são singulares e originários de métodos de produção e condições geográficas específicas, fazendo com que a venda direta ou inserção dos produtores em CCC permita que os agricultores expliquem e valorizem as histórias envolvidas em seu processo de produção, e que os consumidores passem a conhecer o potencial produtivo e cultural de seu território. Estas particularidades ocorrem especialmente nos locais de interface urbano-rural, por serem zonas que articulam territórios ‘dispersos’ e abrigam possibilidades de relações comerciais e fluxos de transferência de mercadorias e capital com centros urbanos de diversos tamanhos (MACÍAS, 2016).

A venda direta é uma das estratégias de comercialização mais comuns entre os agricultores familiares, juntamente com o abastecimento à pequenos estabelecimentos. A venda direta em mercados urbanos é baseada na proximidade cultural originada por novos consumidores locais, localizados em bairros próximos ou subúrbios, dando novas identidades ao local de habitação. Considerando estas estratégias de venda dentro do espaço periurbano, os produtores se utilizam de suas próprias redes de contato e percepção das vendas para estimar a demanda por suas mercadorias. Vendas em circuitos de escala local contribuem para a criação e manutenção de empregos nestes territórios, bem como se mostram importantes aliados da segurança alimentar, ao incentivar a melhora dietária de populações periféricas com alimentos locais de maior qualidade e acessíveis, financeira e geograficamente. CCC com estas características atendem também às demandas socioeconômicas dos consumidores,

que são envolvidos na criação destes novos mercados, tendo maior proximidade com os produtores; esta peculiaridade aponta para um consumidor diverso aos das outras modalidades citadas.

É observado que produtos frescos como frutas e hortaliças em grandes cadeias de supermercados tendem a ter melhor qualidade e preço em supermercados de bairros de classes socioeconômicas altas, favorecendo assim, o consumo de alimentos ultraprocessados à população menos abastada. Indicando os chamados “desertos alimentares”, o acesso à alimentos *in natura* ou com baixo nível de processamento é extremamente escasso em bairros periféricos; no Brasil, por exemplo, um estudo do IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) de 2019, aponta que 12 das 21 capitais analisadas apresentam fenômenos com esta característica. A questão da segurança alimentar e equilíbrio nutricional é fomentada por estas modalidades de produção também em decorrência do desinteresse das grandes cadeias de distribuição à estas regiões pela capacidade limitada de assimilação à economias de escala.

Com os CCC, o valor da pluriatividade territorial também é agregado aos produtos, uma vez que um produtor torna-se comerciante e diversas vezes conta com outras fontes de renda dentro do mesmo território, como agroturismo, ou mesmo empregos formais. Também é agregado ao valor das mercadorias as expressões de diversidade tanto cultural quanto natural e a inovação social envolvida. O valor do trabalho de organizações civis e redes colaborativas também pode fazer parte da valorização do produto.

Em estudos acerca de novos mercados agrícolas e desenvolvimento rural na China, Brasil e União Europeia, os autores Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) desenvolveram o diagrama abaixo para mostrar as mudanças nos limites da produção agrícola e seus efeitos e formas de expressão.

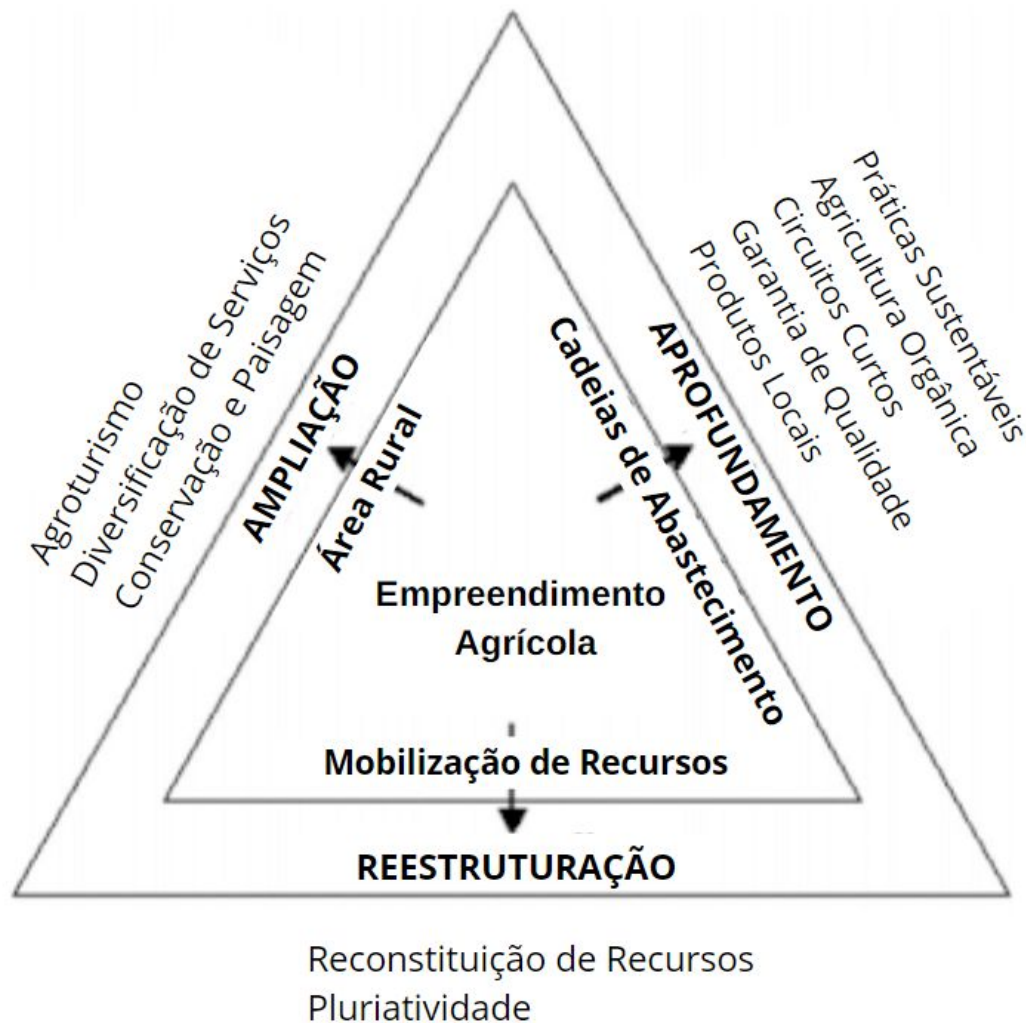


Imagem 1: limites da agricultura (Fonte: PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012, tradução da autora)

O triângulo interno representa o limite das fazendas especializadas que surgiram a partir dos movimentos de modernização conhecidos como Revolução Verde, entre 1950 e 1990. O lado direito deste triângulo se refere à criação de *commodities* agrícolas, entregues à agroindústrias e distribuídas em grandes cadeias de comercialização; o lado esquerdo mostra estes empreendimentos como parte de um ambiente rural maior, e a parte de baixo representa os recursos necessários, que, em

grandes fazendas modernizadas, vêm cada vez mais de locais distantes à própria unidade produtiva.

A imagem demonstra como as práticas de desenvolvimento rural expandem ou mudam estas barreiras; do lado direito, a produção agroindustrial e grandes cadeias de comercialização são contrapostas pela disseminação de novas práticas que re-internalizam o processo de produção e distribuição dentro das fazendas (chamado aqui de *aprofundamento*), muitas vezes incluindo a adição de valores aos produtos, como beneficiamento, garantia de qualidade, especificidades regionais e produção orgânica, se manifestando especialmente na forma dos CCC. Identifica-se também um crescimento da multifuncionalidade do meio rural, que ganha cada vez mais importância no cenário atual de construção de novas tipologias rurais (GASPARI, 2016). Pelo lado esquerdo, as barreiras mudam com a inclusão de outras atividades na unidade produtiva, como produção de energia, agroturismo e conservação de recursos naturais (processo de *ampliação*). Por fim, o limite inferior é enfrentado por processos de reconstituição dos recursos da fazenda (*reestruturação*), com o intuito de reduzir a dependência de recursos externos, apoiando-se também na constituição de redes locais para suprir estas necessidades.

A pluriatividade desempenha um importante papel nesta mudança de barreiras, sendo uma das principais formas de *reestruturação* observadas, processo que implica em uma 'descomoditização', aumentando a autonomia do agricultor e do território de produção agrícola.

Estes três processos, *aprofundamento*, *ampliação* e *reestruturação*, assim como suas interações, formam as principais características identificadas nas práticas de desenvolvimento rural local atuais, protagonizadas pela produção familiar e de pequeno porte, juntamente dos SAA. No contexto das unidades produtivas, essas mudanças contribuem para o aumento da multifuncionalidade (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012).

Tanto os SAA quanto os processos citados, detalham os limites e problemas da agricultura patronal e mercados alimentícios tradicionais. É observado que as grandes cadeias de produção e comercialização agrícola não têm sido efetivas no que diz respeito ao combate à pobreza e desigualdade, não sendo capazes de abordar a agricultura como uma atividade que gera oportunidades de emprego e remuneração justa.

As práticas e políticas alternativas pretendem reorientar o desenvolvimento do meio rural (não limitado à, mas considerando a agricultura) a partir da criação de novos mercados e cadeias de produção e comercialização. As estratégias para estes movimentos são baseadas em diversas combinações dos seguintes elementos; a) a desmonopolização dos mercados existentes, b) a construção de novos caminhos de integração entre mercados existentes, c) a criação de novos mercados e d) o desenvolvimento de estruturas de governança para mercados tanto existente quanto novos. No Brasil, por exemplo, a intervenção em mercados existentes é mínima, em decorrência da dominância de dinâmicas neoliberais e acordos internacionais (PLOGG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012).

Dentro deste escopo, o conceito de governança torna-se um instrumento essencial na mediação das instituições públicas e instituições locais que se articulam com processos produtivos alternativos nas interfaces urbano-rurais. A governança territorial é entendida como o conjunto dos processos de organização e coordenação das múltiplas relações entre os diferentes atores e níveis de governo envolvidos na dinâmica territorial. Dessa forma, pretende-se que estes agentes se mobilizem para a construção coletiva de sistemas públicos alternativos.

Os grandes mercados tradicionais se portam como instituições inquestionáveis, que consideram os consumidores como indivíduos interagindo exclusivamente a partir de suas motivações individuais. Já as relações estabelecidas pelos atores dos SAA, que produzem e consomem em um mesmo território, são observadas e organizadas por meio de estratégias de governança participativa e acordos, tanto formais quanto

informais, predominando a transparência e a proximidade produtor-consumidor, características que têm um papel essencial e mantêm o conceito do consumidor soberano.

Este sistema de gestão territorial dos SAA de proximidade toma um caráter de *movimento social*, uma vez que fomenta a politização da produção e consumo agrícolas, colocando os sistemas agroalimentários como importante assunto de debates. Os SAA incentivam a criação de novos laços, o que dá base para a equidade dos intercâmbios comerciais, que por sua vez favorecem a participação social e maior autonomia dos autores, criando assim, sistemas mais sustentáveis, integrados e com maior desenvolvimento territorial (MACÍAS, 2016).

Como visto previamente, estas novas cadeias emergentes podem ser identificadas em relação aos mercados tradicionais a partir de alguns elementos chave. A tabela abaixo sintetiza uma comparação entre estes sistemas:

	Mercados Tradicionais	Mercados Emergentes
Quem são os proprietários?	Os intermediários da produção, processamento, distribuição e consumo são controlados por grandes empresas	Circuitos curtos controlados pelos agricultores ou associações da sociedade
Quais são as funções do agricultor?	O agricultor se limita à entrega de produtos básicos à indústria alimentícia	O papel do agricultor é expandido para o processamento, venda direta e planejamento da produção
Como é a divisão de renda?	A distribuição do valor adicionado é pulverizada. A maior parte do valor acumulado pertence às grandes indústrias	O agricultor recebe uma parcela maior do valor total acumulado
O que é feito com o excedente?	O valor excedente é utilizado para financiar e ampliar as indústrias e empresas	Valor excedente é utilizado para aumentar a resiliência da produção alimentícia e

	envolvidas	autonomia dos produtores
--	------------	--------------------------

Tabela 1: Comparação de mercados agrícolas (Fonte: PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012. Tradução da autora)

1.2 Os Circuitos Curtos de Comercialização e Produção no Brasil

É possível perceber que, dentro das análises acadêmicas acerca dos CCC, grande parte das questões são específicas à cada local. Para além disso, é necessário considerar que o processo de surgimento de mercados alternativos no Brasil é extremamente diferente do de países europeus, por exemplo, de onde são oriundos muitos pesquisadores dos CCC.

Ploeg, Jingzhong e Schneider, (2012), por exemplo, aponta que a crescente e contínua industrialização e modernização da agricultura, características pouquíssimo presentes nas dinâmicas agrícolas europeias, têm um papel essencial na composição do cenário da transição da agricultura em países como o Brasil e a China. Estas características são combinadas com a profunda especialização e aumento de escalas de venda, monocultura e sufocamento de pequenos agricultores, contribuindo para a hegemonia da produção agrária.

No caso específico do Brasil, além do cenário composto pela agricultura patronal industrializada e pelas respectivas políticas que a sustentam, as demais políticas de Desenvolvimento Rural são profundamente baseadas no combate à pobreza, fome e diminuição de desigualdades. Este foco é extremamente importante no país devido à alta taxa de pobreza e desigualdade, assim como dos contrastes e tensões constantes entre a agricultura de larga escala para exportações e a produção familiar.

O cenário brasileiro e suas políticas de Desenvolvimento Rural explicitam a importância e engajamento de longa data que têm os movimentos sociais na estruturação de políticas públicas. Tal destaque demonstra também o reconhecimento de que, sem intervenção externa, as práticas de agricultura tradicional atuais no Brasil e seus mercados principais, como a produção de soja e pecuária, tendem a reforçar os

status de pobreza e desigualdade, ao invés de reduzi-los (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012).

A lógica dos grandes mercados agropecuários, e conseqüentemente de seus mercados por terra, trabalho e capital, vêm exercendo pressão constante sobre as oportunidades de renda no meio rural, contribuindo diretamente para o aprofundamento das desigualdades, marginalizando a agricultura familiar e promovendo intenso desmatamento e contaminação de recursos naturais. Essas pressões impulsionaram o surgimento e crescente importância dos movimentos sociais no cenário rural brasileiro, como é o caso da luta pelo acesso à terra do MST (Movimento dos Sem Terra) (RETIÉRE, 2014).

A política territorial brasileira no início dos anos 2000, considerou fortemente o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando espaços físicos, atores sociais, mercados e políticas públicas como dimensões integradas, estruturando uma estratégia com frentes ambientais, socioculturais, econômicas e político-institucionais. No espaço rural, esta estratégia se deu por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), que implementou em 2003 o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC) em 2008 (extinto ao final de 2016). Em 2016, o MDA é extinto, fazendo com que os programas de agricultura familiar percam força ao serem atribuídos a uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário atualmente subordinada ao MAPA.

A compreensão da visão territorial das políticas públicas brasileiras é essencial para entendermos o caráter dos CCC no país, bem como a trajetória das estratégias de desenvolvimento rural sustentável. O Pronat, por exemplo, aborda o território como um espaço físico definido geograficamente, abrangendo cidades e campos, e integrado por aspectos multidimensionais, e uma população específica com distintos grupos sociais, sendo possível perceber uma identidade e coesão social. O espaço rural, portanto, seria identificado como um território no qual estes critérios multidimensionais

(economia, ambiente, sociedade, política, cultura e instituições atuantes) representem uma predominância de elementos considerados gerais de meios rurais, como o povoamento pouco adensado e maior presença de recursos naturais, considerando que o objetivo principal do Programa consistia na promoção e fomento de iniciativas institucionais no âmbito rural que representassem melhoras na qualidade de vida e sustentabilidade da população rural (RAMBO e FREITAS, 2019)

Os trabalhos de Retière (2014) e Rambo e Freitas (2019), ao abordarem a produção produtos agrícolas no Brasil em CCC, se debruçam sobre duas principais políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos os programas mostram como é possível que haja cooperação entre movimentos sociais, políticas públicas e produtores quando se consideram objetivos comuns (RETIÉRE, 2014).

O PNAE é criado com o intuito de fomentar a segurança alimentar nas escolas públicas, sendo uma peça chave na luta contra a fome no país, criando um mercado localizado e emergente para merendas escolares e aumentando a demanda para a produção familiar.

O PAA, por sua vez, é responsável pela criação de mercados por especificar que o mínimo de 30% da alimentação fornecida em órgãos públicos como escolas, hospitais e creches seja proveniente de produtores locais de pequeno porte registrados na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Programas deste cunho podem promover, em certos casos, a desmonopolização dos mercados de terra (especialmente quando fortalecem a agricultura familiar), crédito e assistência técnica, construção de novos mercados por meio de processos de *aprofundamento* e *expansão*, fortalecimento de movimentos agroecológicos e da agricultura familiar.

Os CCC são de extrema importância no contexto brasileiro pois são essenciais à economia local de menor escala, contribuindo para a geração de trabalho e renda e

oferta de alimentos saudáveis e de qualidade à preços justos tanto para os consumidores quanto para os produtores (RETIÉRE, 2014).

Acerca dos consumidores, é identificado que os grupos organizados de consumo no Brasil são formados a partir da demanda por acesso à alimentos agroecológicos produzidos na escala local, o que propõe uma reflexão sobre a determinação dos preços justos. Estes movimentos são, de acordo com Retiére (2014), uma aproximação à economia solidária e social, em oposição aos circuitos longos, e promoção à diminuição de intermediários e distâncias longas nas cadeias.

No contexto brasileiro, juntamente com as políticas públicas citadas, outras ferramentas influenciam as dinâmicas locais de produção de base sustentável, como a regulamentação da produção orgânica. Em 2007, esta modalidade de produção é regularizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de duas maneiras; produção orgânica com selo ou sem selo.

A aquisição do selo é feita a partir de auditorias realizadas por instituições cadastradas ou por meio de Sistemas Participativos de Garantia (SPG), baseados no *controle social e responsabilidade participativa* (Caderneta do MAPA, Brasil, 2008), juntamente com uma OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade), que garantem que a produção dos cadastrados se encontre dentro dos critérios estabelecidos pelo Ministério.

Quanto à produção orgânica regulamentada sem selo, é exigido que os produtores façam parte de um Organismo de Controle Social (OCS), praticando apenas modalidades de venda direta ou em mercados institucionais. Os OCS são formados por associações ou cooperativas de produtores cadastrados no MAPA, que assumem responsabilidades sobre seu controle interno, como escolhas acerca da produção, cuidados com as culturas, manutenção e distribuição, e transparência para o consumidor, fazendo com que o valor agregado da produção seja mantido na mão dos agricultores, sem a presença das empresas certificadoras (LEÃO, 2019).

Os CCC foram introduzidos nas estratégias de abastecimento agroalimentar brasileira há pouco mais de uma década. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por exemplo, não contava, inicialmente, com medidas que fomentassem o autoconsumo ou criação de mercados de proximidade. Dessa forma, a criação de mercados institucionais por programas como o PAA demonstraram um enorme potencial de promoção da agricultura familiar fora das cadeias tradicionais, a partir da criação de novos circuitos de abastecimento que privilegiam a alimentação saudável a populações vulneráveis, sendo mais efetivos que estratégias de simples oferta de produtos baratos em grandes quantidades.

O mercado da alimentação escolar, garantido pelo PNAE, também se mostrou de suma importância para o fortalecimento da produção local de alimentos, uma vez que se constitui como marco decisivo para este setor. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) explicita a prioridade da compra de alimentos para a agricultura familiar de pequeno porte, dispensando estes produtores de licitações, com o intuito de simplificar o processo administrativo. O programa condiciona que o preço dos alimentos não deve ser maior do que o dos mercados tradicionais, com a exceção de produtos comprovadamente orgânicos e/ou agroecológicos, que se beneficiam de um aumento de 30% em sua faixa de preços. Como parte da regulamentação, o PNAE também limita o montante que pode ser comercializado anualmente por esta via, e indica a integração de atividades educativas sobre segurança alimentar e produção agrícola no projeto pedagógico das escolas incluídas, bem como visitas aos estabelecimentos de agricultura familiar.

Um ponto importante a ser destacado quando falamos sobre CCC no Brasil é a autonomia dos produtores. A inserção em diversificadas modalidades de venda, como a venda direta, feiras livres ou festas regionais é caracterizada como diversificação do acesso aos consumidores, o que é de suma importância para a autonomia do agricultor, pois permite diminuir a dependência de mercados tradicionais e reduz os efeitos de concorrência tradicionais capitalistas. Porém, a autonomia no contexto

brasileiro é baseada na dicotomia presente na ‘obrigação’ de inserção em mercados tradicionais e/ou na dependência de programas, o que pode caracterizar uma diminuição desta autonomia, uma vez que as modalidades de venda institucional, como PAA e PNAE possuem uma regulação quanto à quantidade vendida (limitação), e retira do agricultor a possibilidade de ajustar seus preços em conjunto com os consumidores (RETIÉRE, 2014).

É notado que programas como o PAA, apesar de não apresentarem uma garantia de construção de valores entre os envolvidos, uma vez que este tipo de abastecimento possui um caráter de obrigação legal, em detrimento de uma escolha pelo desenvolvimento territorial, representam um nicho de política pública fundamental em locais como o Brasil para o favorecimento da consolidação dos CCC (RETIÉRE, 2014).

Para além do PAA, os mercados institucionais têm um papel fundamental nos programas de alimentação escolar, como PNAE, em diversos países da América Latina. São identificados benefícios como a inclusão dos agricultores familiares e pequenos produtores no setor de mercados públicos e uma recuperação dos produtos locais, que apresentam sua identidade cultural como meio para promover a segurança alimentar (RANABOLDO, 2014). O PNAE, fomentado pela Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025, atendeu, em 2014, 190 mil escolas públicas em 5.570 municípios do país, de acordo com a FAO.

Ao observar os dados disponibilizados pelos portais de transparência governamentais, em especial os Compêndios de Estudos da CONAB em relação aos resultados do PAA em suas modalidades (compra com doação simultânea, compra direta, formação de estoques, incentivo à produção de leite, compra de sementes e compra institucional), é possível observar a flutuação de investimentos e participações no programa, comparando-as com os momentos políticos do país.

Assim, é notável um aumento constante no investimento financeiro feito no programa até 2011. Após este ano, os valores flutuam com menos intensidade até

2015, momento em que o investimento é diminuído significativamente a cada ano. É importante pontuar que as últimas informações disponibilizadas nos portais de transparência dizem respeito ao ano de 2018, não havendo informações claras disponíveis acerca dos investimentos repassados ao PAA a partir de 2019.

As variações nos valores de investimento anuais feitas ao PAA no âmbito da CONAB podem ser observadas na tabela abaixo:

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS (R\$) SEAD/MDS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO PAA DE 2003 A 2018

ANO	VALOR (R\$)					TOTAL
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
2018	5.392.765	27.560.385	13.025.289	10.280.649	7.070.990	63.330.078
2018	5.392.765	27.560.385	13.025.289	10.280.649	7.070.990	4.020.424.100

Fonte: Conab

Tabela 2: Evolução dos Recursos do SEAD/MDS no PAA. Fonte: Compêndios de Estudos da CONAB, v.20, 2019

Ainda observando a diminuição na participação no programa e redução de investimentos, ao comparar os dados disponíveis nos Compêndios de Estudos referentes aos anos de 2017 e 2018, nota-se uma diminuição no número de cidades participantes do PAA, especialmente no interior do país. Há maior fragmentação das áreas participantes, e uma notável diminuição de municípios abrangidos.

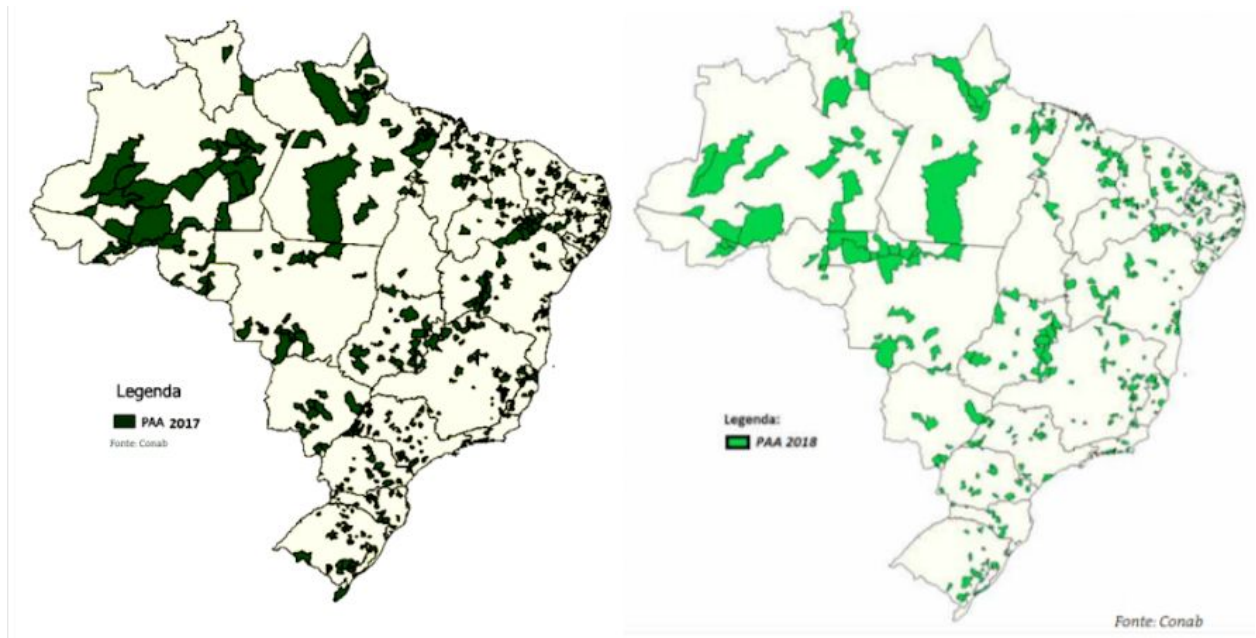


Imagem 2: comparação de cidades participantes do PAA em 2017 e 2018 (fontes: Compêndio de Estudos da CONAB, v. 13, 2018 (esquerda) e Compêndios de Estudos da CONAB, v.20, 2019 (direita). Organização da autora)

Já em São Paulo, a tendência de diminuição de verba e presença do programa pode ser percebida pela análise de dados presentes no Portal de Transparência do PAA. Ao se separar apenas a modalidade PAA CONAB em 2011 e 2017, com verbas do MDA e SEAD, respectivamente, em 2011, havia 1182 agricultores e 22 organizações participantes, bem como uma verba de R\$ 4.859.072,00 e, em 2017, apenas 143 agricultores e 1 organização, com verba de R\$ 994.048,00.

É possível supor diversos motivos para uma mudança tão grande nos dados do programa nos referidos anos, como a instabilidade política e econômica vivida na época retratada, juntamente ao explícito desinteresse atual de dar continuidade a programas de integração territorial que fortaleçam mercados alternativos.

Outro dado importante acerca do desenvolvimento do PAA ao longo das últimas décadas é a participação feminina. É perceptível que a quantidade de mulheres

participantes do programa aumentou significativamente desde 2009, o que pode ser explicado por diversos processos, que incluem desde movimentos sociais que fortalecem a percepção da mulher como agricultora, ao acesso à programas como o PRONAF Mulher.

O gráfico abaixo demonstra a ascensão da participação de mulheres no programa, alcançando 84% em 2018, decorrente dos critérios de priorização da participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras do PAA e 30% na modalidade de Estoque, a partir de 2011, de acordo com o Compêndio de Estudos da CONAB, volume 20 (2019).

GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PAA DE 2009 A 2018



Fonte: Conab

Gráfico 1: Participação das Mulheres no PAA. Fonte: Compêndios de Estudos da CONAB, v.20, 2019

Em 2003, o Brasil fundamenta as bases para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a economia solidária (eixo que contém significativo potencial de fomentar CCC considerando a similaridade entre seus princípios, como a busca por produção e comercialização mais justas e a aproximação relacional dos agentes envolvidos) com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, atrelada ao Ministério do Trabalho e Emprego. As principais diretrizes da Secretaria foram baseadas na promoção do acesso ao conhecimento (assistência técnica e formação),

crédito (finanças solidárias), mercado e ao ambiente institucional para a formalização das atividades. A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi extinta oficialmente em 2019, fazendo com que os CCC fomentados por políticas públicas desta ordem percam forças (GONÇALVES e MASCARENHAS, 2017).

Para além das questões sociais, em pesquisas recentes acerca dos CCC, especialmente no Brasil, identifica-se uma demanda e reconhecimento crescente para a manutenção de recursos ecossistêmicos fortalecidos pela agricultura de base sustentável. Retiére (2014) aponta que além da multifuncionalidade exercida pela área rural, que comporta uma importância não apenas produtiva, mas de proteção de biodiversidade, fornecimento de água limpa, conservação de áreas verdes, lazer, e muitas outras, a própria agricultura, quando possui um enfoque territorial, exerce uma multifuncionalidade própria, uma vez que o agricultor passa a ter outra relação com seu território, assumindo diversos papéis, como a garantia de segurança alimentar, propagação do agroturismo, fortalecimento da cultura local e paisagem e fornecimento de serviços ambientais.

Dentre as diversas experiências brasileiras que podem ser caracterizadas como CCC, destacam-se os circuitos fomentados pela Rede de Grupos de Consumo Responsável, ação apoiada pelo Instituto Kairós, que disponibiliza materiais para a criação de grupos de consumidores organizados com agricultores para facilitar o acesso à alimentos, baseados nos princípios de uma produção e consumo que sejam justos do ponto de vista econômico e ambiental.

Estes circuitos são, em sua maioria, baseados na compra antecipada e entrega de cestas juntamente com produtores locais e empreendedores da economia solidária. Estes grupos são um exemplo de organização social dos cidadãos para alternativas aos circuitos longos, caracterizando iniciativas locais que têm o potencial de fortalecer a agricultura familiar, prezando pela transparência da produção e aproximação entre produtores e consumidores (GONÇALVES e MASCARENHAS, 2017). Até 2017, foram

identificados 25 Grupos de Consumo Responsável pelo Brasil atrelados à Rede, dispostos no mapa abaixo:

Rede de Grupos de Consumo Responsável

- | | |
|--|--|
| A Cantasol | W GIA - Grupo de Integração Agroecológica |
| B CCRU – Coletivo de Consumo Rural Urbano | M MICC |
| C CCRU – SOLO (Coletivo de Consumo Rural Urbano – Solidariedade Orgânica) | X Projeto Gala-boca já morreu |
| D Coletivo Trocas Verdes | Y RedeMoinho |
| E ComerAtivamente | V Rede Agroecológica de São Carlos |
| F Compras Coletivas Ecosolidárias | N Rede Agroecológica Caiçara |
| G Consumo Consciente ABC | O Rede Ecológica |
| H CSA São Carlos | P Rede Guandu |
| I Direto da Roça | Q Rede Raízes da Mata |
| J Feira Virtual - Associação Bem da Terra | R Rede Terra Viva |
| K Grupo de Consumidores Responsáveis do Benfica | S Rede Trem Bão |
| L Grupo de Consumo Responsável Tapiri | U SISCOS - Sistema de Comercialização Solidária |
| | V Uilikandé |



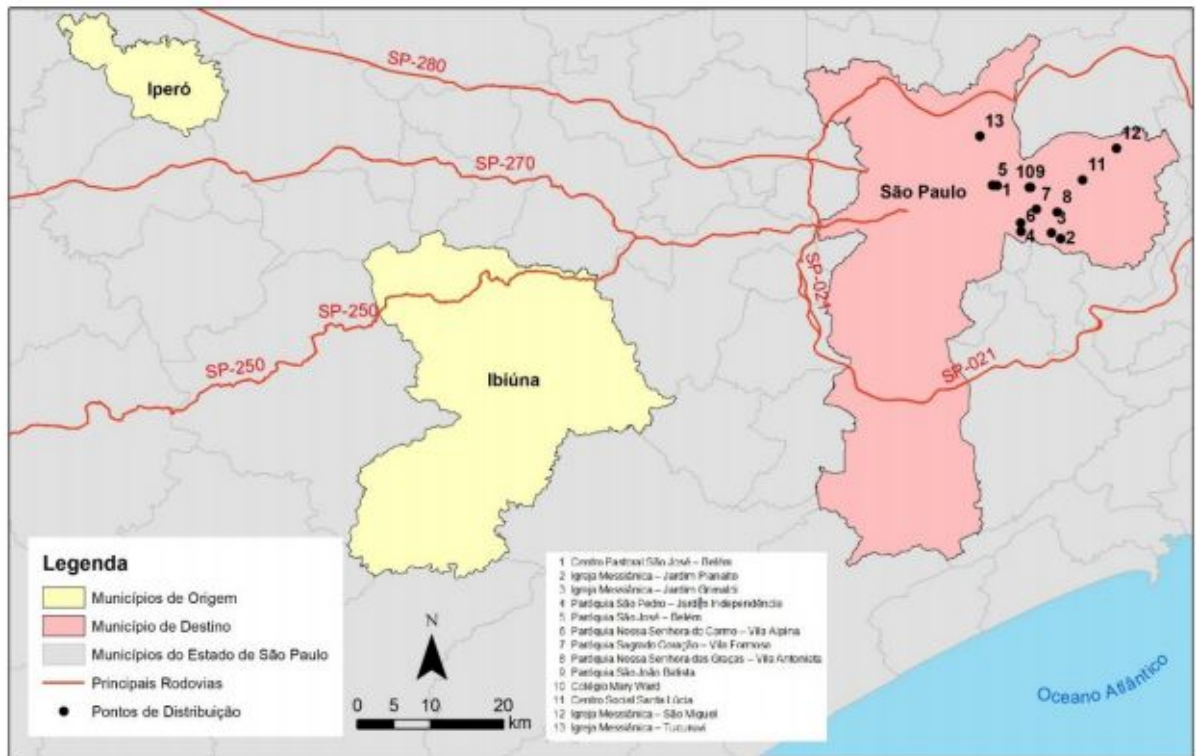
Figura 1: Mapa da Rede Brasileira de CGRs. Fonte: Instituto Kairos. Disponível em: gzo.gli/ReCWC2. Acesso em Dez/2016.

Mapa 1: Grupos de Consumo Responsável no Brasil. Fonte: GONÇALVES e MASCARENHAS, 2017, p. 80

Ao observar experiências de CGR que priorizam o acesso de populações de baixa renda aos circuitos curtos como enfrentamento aos desertos alimentares, no estado de São Paulo identificam-se 2 projetos; o Movimento de Integração Campo Cidade (MICC), na zona leste da capital, e o Coletivo de Consumo Rural Urbano (CCRU), na região do ABC.

O MICC, por exemplo, é uma associação oficializada desde 2008, que, em parceria com a APPRI (Associação de Pequenos Produtores da Região de Ibiúna), viabiliza mensalmente a entrega de 10 toneladas de hortaliças divididas em 14 mil

cestras (GONÇALVES e MASCARENHAS, 2017). O circuito formado pelo MICC, com os locais de origem e principais pontos de entrega, pode ser visualizado no mapa abaixo:



Mapa 2: Circuito formado pelo MICC. Fonte: MENDONÇA, 2018, p. 37 (tcc)

O artigo produzido por Ploeg, Jingzhong e Schneider em 2012, faz um estudo de caso sobre um CCC particular localizado no Brasil: um mercado emergente criado pela Rede Ecovida, organização de agricultores, ONGs e cooperativas localizados na região Sul do país. O estudo aponta que a peculiaridade deste circuito é a rede formada pelos locais de comercialização e transporte entre eles, como é visto na imagem esquemática abaixo:

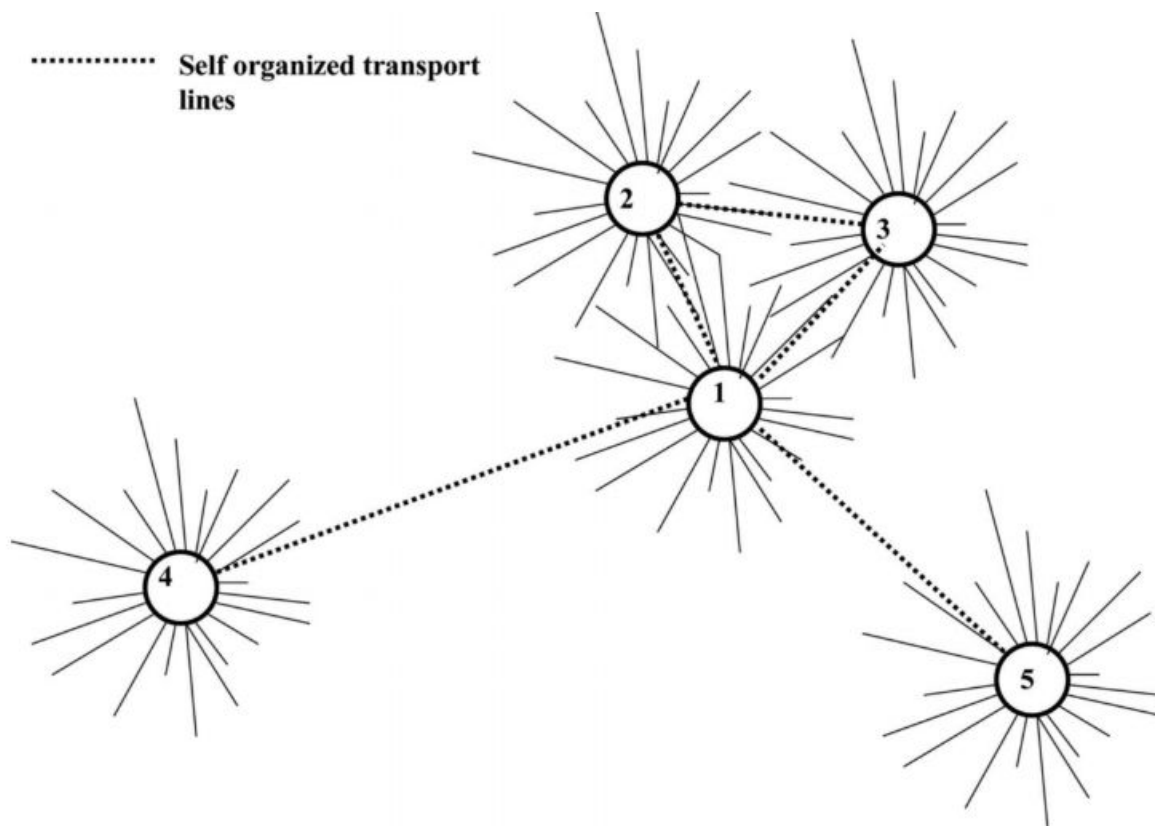


Figure 3. Newly connected local markets (Ecovida, Brazil).

Imagem 3: mercados conectados da Rede Ecovida (fonte: PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012)

As circunferências numeradas representam os pontos de venda dos produtos, sendo a convergência dos locais de produção de agricultores pertencentes ao circuito, enquanto as linhas pontilhadas demonstram os caminhos que os produtos percorrem entre elas. É apontado que a Rede utiliza tanto mercados existentes, quanto mercados novos, criados para os produtos agroecológicos.

Cada um dos mercados locais exibidos na figura recebe produtos diferentes, de acordo com a produção sazonal e local de seus produtores. Dessa forma, a rede é organizada por linhas auto-organizadas de transporte, nas quais os veículos dos participantes da Ecovida transportam produtos de um mercado para o outro com o intuito de fornecer alimentos faltantes e expandindo o alcance dos produtos locais,

gerando uma complementaridade entre os mercados. Este transporte não é orientado pelo lucro da Rede, mas sim pela construção de uma infraestrutura de abastecimento regional de mercados locais de produção e comunicação dos participantes. A logística identificada também contribui para a diminuição do desperdício, uma vez que os transportes nunca andam vazios nestas rotas, pois o fluxo de produtos ocorre em ambas as direções, criando novas formas de conexão dentro do circuito e especificidade de produção.

É perceptível que os mercados formados pela Rede podem ser considerados mais consolidados, uma vez que a iniciativa ocorre desde 1998, sendo formada por grupos em mais de 300 municípios, o que possibilita melhores estruturas para a logística de transporte e abastecimento de produtos. O estudo citado foca em compreender o funcionamento dos mercados apontados, especialmente no que diz respeito ao transporte dos alimentos, utilizando uma representação visual em uma rede que não se encontra identificada no território por meio de convenções cartográficas. No papel de um exemplo consolidado de mercado emergente em um CCC, a experiência da Rede Ecovida se torna fonte de aprendizado para iniciativas menores.

A partir desta experiência, é possível compreender uma fração das peculiaridades que cada CCC pode apresentar, levando em conta seu contexto estrutural e dinâmica de funcionamento. Estes conceitos serão explorados no presente trabalho a partir do estudo de caso da Cooperativa Terra e Liberdade, que atua com o Movimento dos Sem Terra na Região Metropolitana de São Paulo.

Para que esta análise seja possível, é necessário contextualizarmos a atuação do MST no cenário dos CCC brasileiros e sua inclusão em zonas de interface urbano rural, fazendo assim um recorte para a RMSP.

2. OS CCC E O MOVIMENTO DOS SEM TERRA

Considerando a importância do Movimento dos Sem Terra (MST), juntamente com outros movimentos sociais para a luta pela reforma agrária e soberania alimentar

no cenário brasileiro, identifica-se, dentro das diversas estratégias do movimento, uma em especial que se baseia na criação de CCC e na importância dos espaços de interface urbano rurais. Esta proposta é a criação das “Comunas da Terra”, que consistem em assentamentos (ou acampamentos) da reforma agrária localizados em ‘franjas da expansão urbana de grandes cidades’ (RAGGI, 2014), com lotes de menor tamanho do que nos assentamentos tradicionais e produção alimentícia baseada em princípios agroecológicos.

A escolha de estruturar assentamentos com produção agroecológica em proximidade à grandes centros urbanos é essencial para a construção de CCC, uma vez que esta escolha é pautada, no âmbito da produção, pela maior facilidade de acesso aos centros consumidores, facilitando o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros, cuja possibilidade de aumento no valor agregado é maior do que na produção de outros insumos, como é o caso dos grãos.

2.1 O Projeto das Comunas da Terra

Até 2014, havia oficialmente 11 Comunas da Terra implantadas ou em processo de implantação, localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Esta proposta nasce em resposta à transição vivida pela sociedade brasileira; houve um longo período de expansão do Movimento dos Sem Terra pelo Brasil até a segunda metade da década de 1990, na qual inicia-se um questionamento acerca da organização interna dos assentamentos, dando o primeiro passo para a elaboração de um novo modelo. Dentro deste cenário, ocorre também a aproximação do MST aos movimentos de luta pela reforma urbana, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com o intuito de debater conjuntamente a reforma agrária, o esvaziamento do campo, o desemprego e a falta de acesso à terra no espaço urbano e rural.

A construção das Comunas da Terra também foi baseada na relação de união do MST com outros setores sociais, pela massificação do apoio à reforma agrária, abrangendo desde partidos e organizações políticas como PT, CPT e CUT,

personalidades com grande influência social e organizações sindicais. Esta construção se dá por duas frentes principais; as ações diretas da luta pela permanência no campo ou de retorno à terra em áreas rurais, e a mobilização de famílias de baixa renda em núcleos urbanos pelo trabalho de base, feito principalmente por reuniões e palestras com os dirigentes do movimento (RAGGI, 2014).

A partir destas discussões, há uma percepção dos dirigentes do MST em atividades de trabalho de base, de uma porção da população urbana que manifestava interesse em retomar a trajetória da família no campo, porém, isto era contraposto pela possibilidade de acesso aos serviços e infraestrutura disponíveis no meio urbano. Dessa forma, unindo os movimentos rurais e urbanos e com o intuito de atender esta população, surgem as Comunas da Terra, inspiradas nos estudos do Projeto Rurbano, elaborado na UNICAMP na década de 1990, que fez análises acerca das Novas Ruralidades e dinâmicas nos espaços periurbanos.

As famílias envolvidas no projeto das Comunas eram caracterizadas por se encontrarem às margens das cidades formais, com dificuldades de acessar equipamentos públicos e serviços urbanos e sem ajuda do Estado. Dessa forma, a proposta das Comunas da Terra surge como resposta do MST, pela ambição de uma mudança social estrutural que fomente o acesso à dinâmicas de moradia, terra e trabalho (RAGGI, 2014).

As Comunas, cuja trajetória foi iniciada ao final da década de 1990, e de forma mais concreta no início dos anos 2000, são definidas como “núcleos de economia camponesa” em áreas próximas às cidades, como estratégia para incluir populações urbanas nos movimentos pela reforma agrária, juntamente aos equipamentos urbanos, apresentando uma alternativa à demanda dessas populações, que constantemente se encontram sob efeitos de fenômenos como a espoliação urbana, falta de empregos, habitação e acesso à políticas públicas.

As dinâmicas que deram origem ao projeto das Comunas da Terra decorrem de processos históricos que estruturam a sociedade brasileira (RAGGI, 2014). Ao longo da

formação do Brasil, houve um favorecimento do surgimento de latifúndios e grandes concentrações de terra; após o período de produção escravocrata, a Lei de Terras, de 1850, inicia o histórico de restrição ainda maior de acesso à terra. Assim, a distribuição de grandes porções de terra aos grandes produtores, por meio do sistema de sesmarias, resulta em uma concentração das terras produtivas do país na mão de poucos proprietários, cenário que perdura até os dias de hoje.

É possível observar estes efeitos no século XX, por exemplo, no qual houve um intenso êxodo rural decorrente da expropriação de trabalhadores camponeses com restrições ao acesso à terra, muitas vezes pela crescente mecanização do processo de produção agrícola, e superexploração da força de trabalho. Neste cenário, a cidade representou a possibilidade de oportunidades de trabalho, especialmente no crescente setor industrial (RAGGI, 2014).

O projeto das Comunas também teve uma diminuição de adesão entre a segunda metade da década de 2000 e início dos anos 2010, pois, com a diminuição das taxas de desemprego, aumento de pequenas e microempresas e melhora no poder de compra geral da população urbana, o custo de oportunidade para uma família fazer parte da luta pela reforma agrária tornou-se muito alto, uma vez que as alternativas de melhoria de vida na cidade se mostram menos arriscadas. Porém, mesmo com estas melhorias, diversas famílias ainda mostraram interesse em participar, fazendo com que o movimento cresça na segunda metade da década de 2010, com crises econômicas e sociais aprofundadas afetando o país, e conseqüentemente, as cidades (GOLDFARB, 2007).

Juntamente com as novas propostas, o MST passa a identificar novos desafios com a criação dos acampamentos (áreas ocupadas não oficializadas pelo Estado) e assentamentos (áreas que passaram por processos de desapropriação e distribuição para famílias sem terra), especialmente no que diz respeito à infraestrutura das novas áreas, incluindo estradas com falta de manutenção e dificuldade de acesso à água.

A criação das Comunas tinha também como pilar o incentivo à solidariedade entre as famílias, que se dá, dentro do MST, por dois movimentos: os pequenos grupos de associação dentro dos assentamentos, geralmente formados por entre 10 a 15 famílias, muitas vezes com a presença da Igreja Católica e pastorais, voltados para a produção agrícola; e as grandes associações, descoladas da produção, voltadas para a representação política dos assentados e prestação de serviços. Dentro das Comunas o número de famílias participantes pode ser menor, e a cooperação é muitas vezes voltada para o beneficiamento de produtos (GOLDFARB, 2007).

O projeto das Comunas da Terra tem algumas diretrizes que sustentam seus princípios e criação, aliadas com os princípios das estratégias do MST, mas com novas proposições. São identificadas, pelo movimento, sete diretrizes principais para/com as famílias do projeto: fortalecimento do vínculo do trabalho e da produção; a possibilidade de agregação de renda por atividades não agrícolas; a propriedade social da terra; o compromisso com a matriz de produção agroecológica; a busca pela cooperação e solidariedade entre as famílias; a criação de lotes reduzidos quando comparados com os assentamentos 'tradicionais' e por fim, o desenvolvimento sociocultural das famílias envolvidas (GOLDFARB, 2007).

A matriz de produção agrícola utilizada em um assentamento corresponde ao conjunto de técnicas e estratégias utilizadas para se cuidar da produção e da utilização de recursos. A orientação nas Comunas é voltada para a *agroecologia*, com o intuito de buscar a manutenção dos serviços ecossistêmicos e aliar as características ambientais particulares de cada local à produção. Estas técnicas, ao serem integradas com os ambientes de reservas florestais e outras áreas de proteção ambiental, enfatizam o potencial destes assentamentos na conservação do meio ambiente, geração de emprego e renda e produção agrícola em áreas periurbanas de forma entrelaçada.

O projeto também pretende observar e abordar os ambientes urbanos e rurais como partes integradas da sociedade, que contém suas diferenças estruturais, mas cuja importância na construção da dinâmica social é equivalente. Essa abordagem

aponta que ambos os ambientes e suas problemáticas advém da mesma essência e são compostos pelos mesmos pilares: a concentração fundiária, a superexploração do trabalho e o conservadorismo do Estado. Dessa forma, o MST pretende que as Comunas da Terra apareçam como uma expressão dos conflitos pelo acesso à terra, precarização do trabalho e falta de políticas públicas eficazes aos meios urbano e rural (RAGGI, 2014).

Outra diferença essencial das Comunas da Terra em relação ao restante dos assentamentos do MST é, além da presença do INCRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) como principal agente estatal envolvido, a regulamentação da terra pela Concessão Real de Uso da área no nome de uma associação ou cooperativa, ao invés de posse individual, bem como a ausência de títulos de propriedade da terra, garantindo que as famílias não possam vender suas parcelas da terra, mantendo a integridade do projeto (GOLDFARB, 2007).

No caso das Comunas da Terra, o INCRA lançou mão de uma norma já existente para viabilizar as demandas do projeto, o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), criado em 1999 para a estruturação de assentamentos de populações não-tradicionais em áreas com grande importância ambiental e potencial para conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável, como remanescentes de Mata Atlântica, Cerrado e áreas da Amazônia, como foi a experiência das Reservas Extrativistas. Desta forma, as Comunas também se diferenciam dos assentamentos tradicionais, caracterizados como assentamentos rurais; conceito criado pelo Estado pela política de reforma agrária, baseada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Terra, de 1964, e resultado das desapropriações originadas por conflitos por terra e atuação dos movimentos sociais.

Quanto à organização interna do MST no que diz respeito às Comunas, estão envolvidos 4 principais setores: o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, responsável pela articulação com as famílias acerca das questões produtivas, relativas ao comércio e manejo das áreas de preservação, organização social (criação de

cooperativas e associações) e diálogo com o poder público acerca da viabilização econômica dos assentamentos; o Setor de Formação e o Setor de Educação, responsáveis pela realização de atividades de formação política e diálogo com o poder público acerca do acesso à educação em todos os níveis para os envolvidos no projeto, e por fim, o Setor de Frente de Massas, responsável pelo trabalho de base nos bairros de interesse do projeto e organização inicial de criação e funcionamento dos acampamentos.

A criação das Comunas da Terra também é fomentada em oposição ao discurso de que a reforma agrária não é mais necessária no Brasil, uma vez que não é mais interessante à burguesia industrial do país (RAGGI, 2014). Assim, a proposta do MST busca o apoio das áreas urbanas, encontrando novos aliados na luta pela reforma agrária. O surgimento das Comunas é também uma estratégia de disputa aos meios de produção, pois, para além da autonomia dos produtores, são disputadas áreas próximas aos centros consumidores, locais privilegiados ao capital, dentro de dimensões para além da agricultura, como indústria e de interesse imobiliário.

A partir das reflexões envolvidas nas Comunas da Terra, é possível perceber o quão complicadas são as definições dicotômicas entre os espaços urbano e rural, para além dos limites administrativos. É perceptível que existem relações e dependências entre ambos os lados, e uma dificuldade de criar um limite claro, o que é visível por exemplo, na atitude do INCRA ao considerar a reforma agrária como estratégia de resolução de problemas nas cidades, e no próprio projeto do MST criando assentamentos com populações urbanas (RAGGI, 2014).

As ações do MST nesse contexto, juntamente com a posição do INCRA, são estratégias que têm também o intuito de reafirmar a necessidade da reforma agrária no âmbito brasileiro, mesmo que com outras características; a nova abordagem fortalece os vínculos, interações e fronteiras turvas entre os ambientes urbano e rural, apontando para uma visão de reforma agrária que represente mudanças para toda a sociedade, pensando-se também em solucionar questões urbanas a partir do

desenvolvimento do campo, especialmente no que diz respeito ao abastecimento (GOLDFARB, 2007). Dessa forma, as Comunas da Terra nascem a partir dos novos fatores; da reafirmação da reforma agrária, e da compreensão de que o público alvo desta reforma pode estar também no ambiente urbano.

O intuito do MST de aumentar a base aliada na luta pela reforma agrária em centros urbanos não exclui ou invalida a ainda presente luta no campo contra os latifúndios, mas sim promove a heterogeneização do sujeito da reforma, que contribui para a promoção da reestruturação dos processos produtivos, da recriação da cultura camponesa e da negação dos processos de proletarização. Goldfarb (2007) aborda a recampesinização promovida pelas Comunas como parte de um processo histórico, protagonizado pela significativa parcela de indivíduos ou famílias habitantes de grandes centros urbanos, migrantes de famílias provenientes de áreas rurais, que expressam um interesse em *retornar* ao campo.

É observado pelo MST que a população proveniente de centros urbanos não demonstraria interesse no deslocamento e migração ao interior do estado por estarem se afastando dos equipamentos e infraestruturas presentes no âmbito da cidade, como a rede elétrica, água encanada, ruas asfaltadas e sistema de saneamento. Dessa forma, as Comunas exercem o papel de incluir a população que não é contemplada pelos assentamentos tradicionais, mas não encontram seu lugar nas cidades, sendo estas em grande parte, jovens (RAGGI, 2014).

A população urbana que é abrangida pelos acampamentos das Comunas expressa fortemente a diferença de se trabalhar nestes locais, tanto nas hortas quanto em outros serviços, e de se trabalhar nas fábricas e empresas do meio urbano. Mesmo que o volume de trabalho nas Comunas seja grande, a precarização do trabalho não é presente como nos serviços urbanos, enfatizando ainda o fato de ter seu tempo normatizado (GOLDFARB, 2007).

Dessa forma, os territórios envolvidos pelas comunas, mesmo quando em delimitações administrativas urbanas, levam a denominação de territórios camponeses,

uma vez que suas relações sociais não são regidas pela lógica do capital, mas sim por uma classe social caracterizada como camponesa e que vivencia diretamente os contrastes com as outras classes. Após adquirir os terrenos e implantar as Comunas da Terra, é necessário então, pensar em como será estruturado este território. A divisão da terra em lotes menores, bem como a decisão de localização das áreas comunitárias é um processo complexo que reflete e influencia os processos sociais do assentamento.

Existem diversos modelos de parcelamento possíveis, pois estes têm que levar em conta a relação já existente e vontade das famílias, projetos de produção, além das condições naturais do terreno, como relevo. Uma das soluções pensadas e utilizadas pelo MST é demonstrada na imagem abaixo:

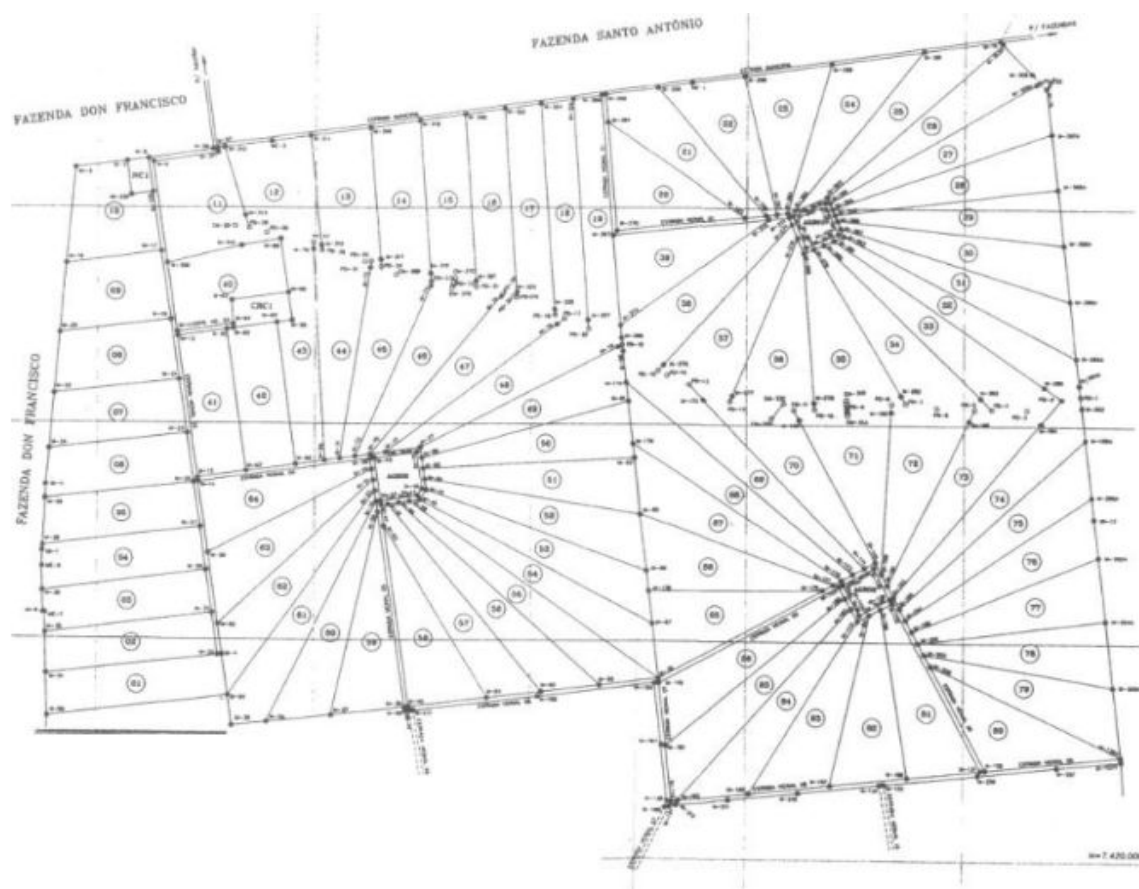


Imagem 4: Parcelamento Raio de Sol proposto pelo MST. Fonte: RAGGI, 2014, p. 60

Este modelo, o “raio de sol”, como ficou conhecido o “modelo cubano” de organização ao redor de uma estrutura central, é um dos mais utilizados em territórios comunitários, por apresentar diversos benefícios, como a facilidade e baixo custo de implantação, proximidade das famílias sem sacrificar seu espaço pessoal de produção e incentivo à cooperação. Apesar dessas vantagens, este tipo de parcelamento não é ideal para todos os casos.

Desta forma, há diferentes estratégias e propostas para a organização interna das Comunas, porém uma das mais utilizadas é o parcelamento baseado em uma *centralidade*, seja ela um espaço de cultivo comunitário, centro de reuniões ou outra estrutura, de forma que cada parcelamento é disposto no entorno do ponto central. O MST considera que esta estratégia estimula o encontro das famílias, proporcionando maior cooperação. É importante pontuar também, que os terrenos parcelados são muitas vezes menores do que o módulo fiscal, porém isso não apresenta um obstáculo para o acesso à programas como o PRONAF, pois nestes são considerados a produção total e o assentamento como um todo (GOLDFARB, 2007).

Os processos de parcelamento do solo das Comunas passam também pelo INCRA, que no estado de São Paulo aponta a dificuldade de desenvolvimento de novas formas de parcelamento pela falta de uma equipe técnica capacitada na área. Além disso, a falta de tempo também se mostra um obstáculo nesse processo, uma vez que é necessário que haja discussões com todas as famílias envolvidas. Dessa forma, o INCRA indica trabalhar-se sempre com a ideia de ‘quintais’ nos lotes individuais das famílias para que estas possam garantir seu espaço de produção individual (GOLDFARB, 2007).

Ao passo que a estrutura espacial influencia as relações sociais, as relações pré-existentes também influenciam a criação do espaço físico, fazendo com que nem sempre a concentração espacial dos núcleos habitacionais seja o melhor modelo a ser utilizado. Assim, é necessário pensar em cada assentamento de forma particular para elaborar as estratégias mais eficientes. Com isso em mente, há propostas de aplicar

estratégias de *mapeamento participativo* junto às famílias para propor o parcelamento da Comuna, como é exemplificado no trabalho de Goldfarb (2007).

A Região Metropolitana de São Paulo, um dos maiores pólos políticos e econômicos do país, possui atualmente três (3) Comunas da Terra; Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga. Considerando as peculiaridades de sua criação e localização, a trajetória destas Comunas se torna um interessante estudo de caso das questões envolvidas acerca da reforma agrária no âmbito urbano. Estas questões serão exploradas com maior profundidade no próximo subcapítulo em conjunto com a revisão bibliográfica anterior.

2.2 As Comunas da Terra na RMSP

A criação das Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo foi pensada a partir de um movimento ocorrido nos anos 1990, no qual uma Pastoral católica organizava atendimentos para pessoas em situação de rua, juntamente com o MST, que se reunia com famílias que demonstravam interesse em se afastar do ambiente urbano por causa da precariedade de acesso à serviços básicos. Nesse movimento identificou-se que grande parte dos atendidos eram caracterizados como migrantes de zonas rurais que não tiveram sucesso em se estabelecer em São Paulo, o que fez com que a Pastoral buscase os movimentos de luta pela terra.

Inicialmente, planejava-se incluir estas famílias em assentamentos tradicionais no interior do Estado, mas os participantes, apesar de demonstrarem interesse em retornar ao meio rural, tinham dificuldades de abandonar a infraestrutura urbana de São Paulo e os vínculos, formais ou informais, de trabalho.

Dentro deste contexto, houve um trabalho conjunto do MST com o MTST, integrando as questões urbanas e rurais. O MTST cria, então, uma grande ocupação na zona de expansão urbana de Campinas, e, apesar de conter diretrizes e ideais próximas ao MST, não incluía em suas prioridades a produção agrícola, caracterizando-se no momento, como um movimento focado na luta por moradia e

reforma urbana. Dessa forma, estas estratégias não eram adequadas para a população abrangida no trabalho da Pastoral.

Ao considerar este cenário, o MST passa a elaborar as Comunas da Terra da RMSP, para que, além de fortalecer e renovar a luta pela reforma agrária, esses territórios pudessem se posicionar como alternativa para populações afetadas pelas pressões do crescimento urbano precário, sendo inseridas social e produtivamente. As Comunas também contribuiriam, pela agroecologia, para a manutenção de serviços ambientais e soberania alimentar urbana.

A partir destas análises iniciais, surgem as ocupações na RMSP, especialmente próximas às rodovias Anhanguera e Bandeirantes, entre São Paulo e Campinas, importantes eixos de abastecimento e distribuição de alimentos para os pólos citados e suas regiões metropolitanas (RAGGI, 2014).

A organização destas ocupações e seu desenvolvimento para assentamentos na RMSP ficou a cargo da Regional Grande São Paulo do MST, criada no final de 2001, após um encontro de dirigentes do MST e MTST. A Regional faz parte das dez regionais do MST no estado de São Paulo, no chamado Eixo Metropolitano, que contempla também as regionais de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba. Inicialmente, a nova proposta levava o nome de assentamentos rurbanos, influenciado pelo Projeto Rurbano da UNICAMP, mas também se inspirava nas Vilas Rurais, do Paraná (do Movimento dos Trabalhadores Desempregados: MTD) e em outras iniciativas de agricultura em áreas periurbanas da América Latina.

Considerando estes outros projetos, os novos assentamentos, com o intuito de viabilizar a produção agrícola em proximidade aos centros urbanos, focam no parcelamento da terra em lotes de tamanho reduzido, com no máximo 1,5ha (os lotes maiores, com até 2 ha, seriam destinados à centros comunitários e produção coletiva), cuja prioridade seria a soberania alimentar da família que o habitasse, para que depois

esta produção agrícola pudesse ser pensada para geração de renda, se utilizando da proximidade dos centros consumidores.

Pensando na inserção das Comunas da Terra no âmbito regulatório do estado, especialmente nas políticas públicas municipais, há impasses notados principalmente pela falta de reconhecimento das prefeituras acerca das Comunas, fazendo com que os assentamentos encontrem problemas relacionados aos Planos Diretores e Planos de política ambiental e agrícola, ficando sujeitos a proibições em relação ao cultivo, por exemplo.

Exemplificando estas dificuldades, as discussões acerca dos Planos Diretores dos municípios de Franco da Rocha e Cajamar (que abrigam uma das Comunas da Terra) na primeira metade da década de 2010, consideravam fortemente a representação industrial e interesse de madeireiras, presentes ao longo da rodovia Anhanguera, ao passo que não fazem menção à incentivos ou mesmo atendimentos para a agricultura familiar (GOLDFARB, 2007).

O INCRA e o ITESP pela maioria das vezes se referem aos projetos de assentamento (PA) pelos nomes das propriedades rurais que deram origem às ocupações, ao invés de utilizar os nomes dados pelo MST, comumente prestando homenagens à pessoas que contribuíram na luta pela terra. Abaixo, é possível ver uma relação entre os nomes das propriedades situadas na RMSP no cadastro e aqueles utilizados pelas Comunas, dados pelo MST:

Nome da Propriedade Rural	Nome do PA	Nome dado pelo MST
Fazenda São Roque	PA São Roque	Comuna da Terra Dom Tomás Balduino
Fazenda Itahyê	PA Itahyê	Comuna da Terra Irmã Alberta
Fazenda São Luís	PA São Luís	Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga

Tabela 3: Correspondência de nomes dos territórios. Fonte: RAGGI, 2014, p. 30

A pesquisa de Raggi, em 2014, analisou o perfil dos assentados nas três Comunas da RMSP, tendo como um dos produtos o gráfico abaixo:

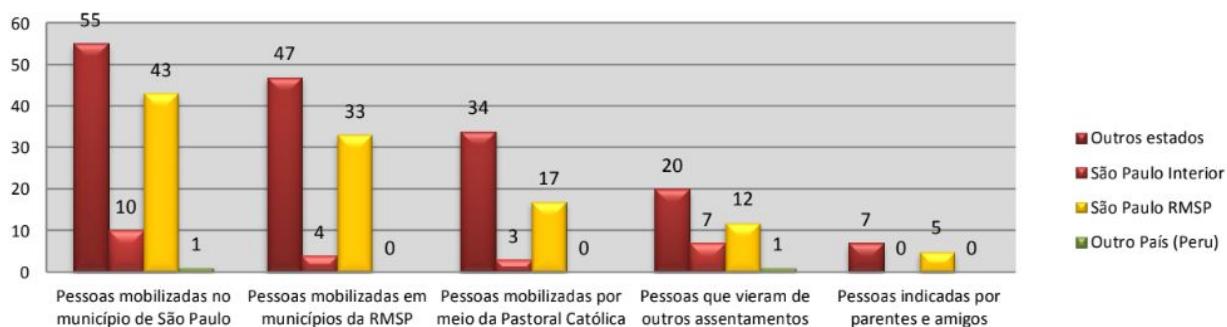


Gráfico 2: Assentados das Comunas da Terra conforme o local de nascimento. Fonte: RAGGI, 2014, p. 126

A pesquisa mostra que a maior parte das famílias residia na RMSP com um modo de vida caracterizado como urbano, porém, com condições muitas vezes precárias e dificuldades de acesso aos serviços sociais e oportunidades de trabalho formal. A renda das famílias era majoritariamente baixa, sendo ainda reduzida pelas grandes despesas com transportes para os locais de trabalho.

As Comunas foram estruturadas com famílias mobilizadas por meio dos trabalhos de base dos dirigentes do MST, porém, 23,4% das famílias entrevistadas por Raggi foram mobilizadas pela Pastoral em seu atendimento à pessoas em situação de rua. A partir deste levantamento, a autora separou os assentados em cinco (5) grupos principais presentes nas Comunas: mobilizados em São Paulo, mobilizados na RMSP, trazidos pela Pastoral, famílias de outros assentamentos e famílias mobilizadas por indicação de parentes e amigos.

Quanto à origem dos assentados, foi identificado que 68% eram migrantes que não conseguiram se adaptar e inserir propriamente em São Paulo; enquanto apenas 32% era originária da RMSP, tendo pelo menos um membro em situação de rua em algum momento. Mais de 50% dos assentados foram caracterizados como migrantes de outros estados, 10% do interior de São Paulo, e 2 indivíduos estrangeiros. Apesar das origens distintas, o perfil da maior parte dos assentados era semelhante; migrantes

com baixa escolaridade, entre 24 e 54 anos, desempregados ou em trabalhos informais.

A vida destes assentados das Comunas não pode ser caracterizada estritamente como urbana ou rural, sendo um perfeito exemplo dos locais de interface ou de borramento das fronteiras entre os dois ambientes. A junção de elementos urbanos e rurais é variada de acordo com o perfil de cada grupo em questão, podendo variar significativamente entre os núcleos familiares. Apesar do incentivo à produção agrícola, especialmente para subsistência e soberania alimentar e financeira, a produção nas Comunas da Terra ainda está no início e encontra diversos obstáculos, obrigando diversos indivíduos a exercerem outros tipos de trabalho, inclusive nos centros urbanos, tanto como fonte de renda principal, quanto complementação da renda familiar. A pluriatividade está presente em grande parte das famílias das Comunas, como é possível ver no gráfico abaixo, elaborado na pesquisa de Raggi:

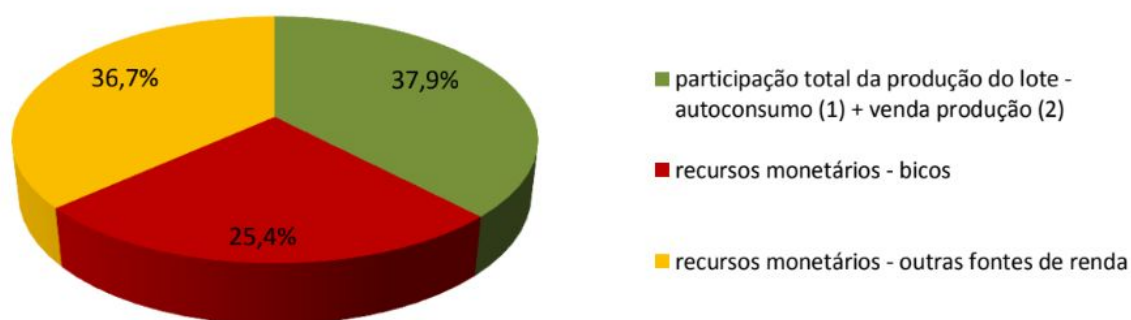


Gráfico 3: meios de obtenção de renda das famílias das Comunas da Terra entre 2010 e 2011. Fonte: RAGGI, 2014, p. 139

Ao fim das análises da autora, em 2014, identificou-se que um dos maiores obstáculos à produção agrícola era a dificuldade de encontrar canais de venda viáveis para a produção, uma vez que, apesar da proximidade dos centros urbanos, grande parte das famílias não possuía veículo próprio. Outro obstáculo é a certificação de orgânicos, pois, apesar da produção do MST ser inteiramente de matriz orgânica, receber a certificação nas Comunas para poder vender os produtos com selo oficial,

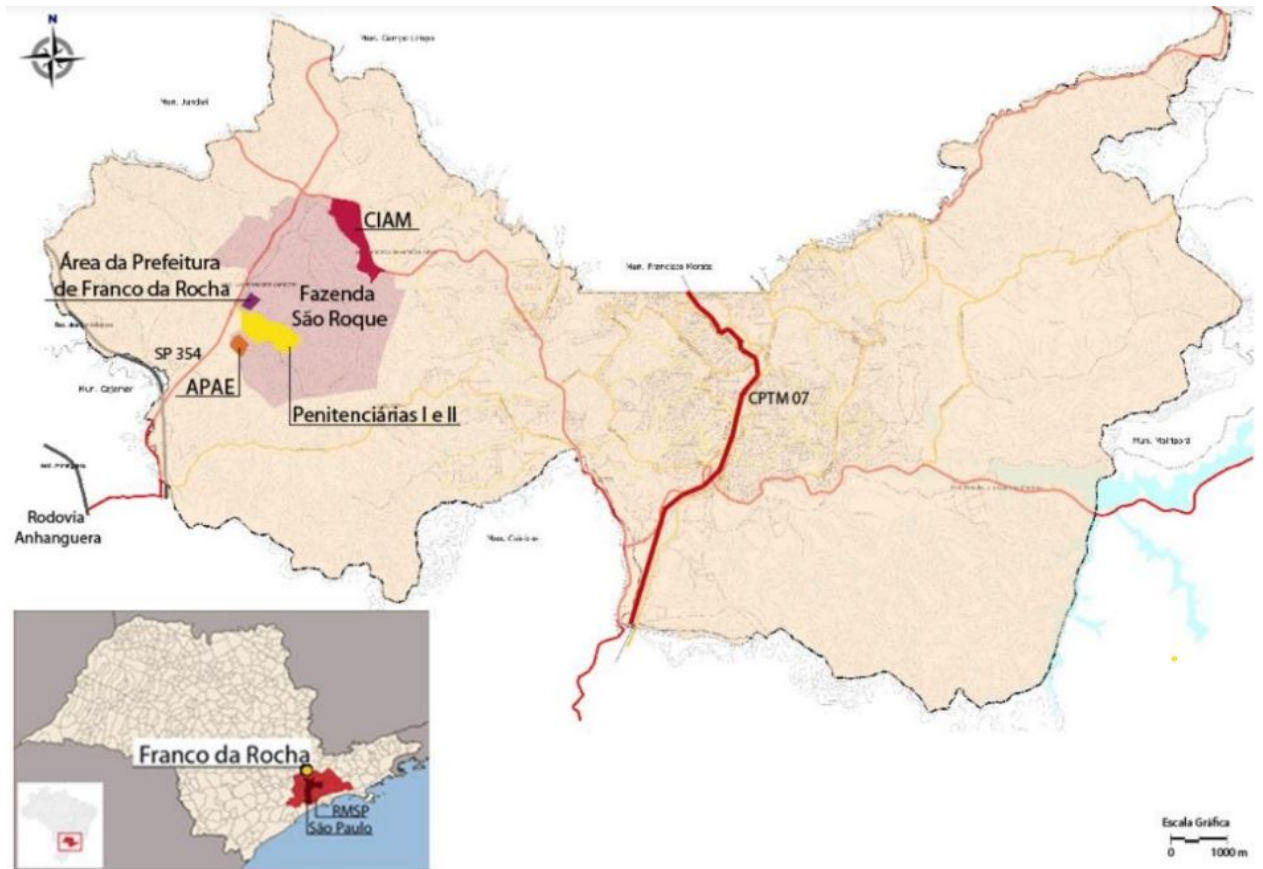
tendo assim uma maior rentabilidade, necessitaria de um acompanhamento técnico por um longo período e intensa fiscalização, além de ser um processo extremamente custoso, se tornando inviável para as famílias. No tempo do estudo citado, a produção era vendida majoritariamente para a CONAB, que tem como prioridade de compra produtos *in natura*, fazendo com que o nicho de beneficiamento de produtos (muitas vezes mais vantajoso para as famílias, pois os produtos têm maior durabilidade e rentabilidade) não tivesse demanda.

A seguir, com intuito de entender de forma mais aprofundada as relações das Comunas na RMSP, será feita uma breve caracterização de cada uma e sua trajetória, a partir das análises e entrevistas feitas por Raggi, para que seja possível compreender de forma concreta as questões abordadas pela autora.

2.2.1 Comuna Dom Tomás Balduino

A Comuna da Terra Dom Tomás Balduino é proveniente da primeira ocupação realizada na RMSP em 2001 em Arujá, por 370 famílias na parceria do MST com o MTST, em decorrência do encaminhamento de atendimentos da Pastoral. A articulação pela Comuna inicia-se quando, 2 meses após a primeira ocupação, as famílias recebem uma ordem de despejo, fazendo com que muitas delas desistissem da luta pela terra; mas as 150 famílias restantes se mobilizaram para ocupar a Fazenda São Roque, no município de Franco da Rocha.

Esta fazenda abrigava o Centro Pioneiro Socioterápico Arquiteto Januário José Ezemplari, que promovia atividades agrícolas como forma de terapia ocupacional em uma pequena porção do lote, fazendo com que a propriedade se encontrasse em situação de subutilização, motivando os dirigentes a organizarem a ocupação ao fim do ano de 2001. A localização da Fazenda São Roque (atual Comuna da Terra Dom Tomás Balduino) em relação ao município de Franco da Rocha pode ser vista na imagem abaixo (RAGGI, 2014):



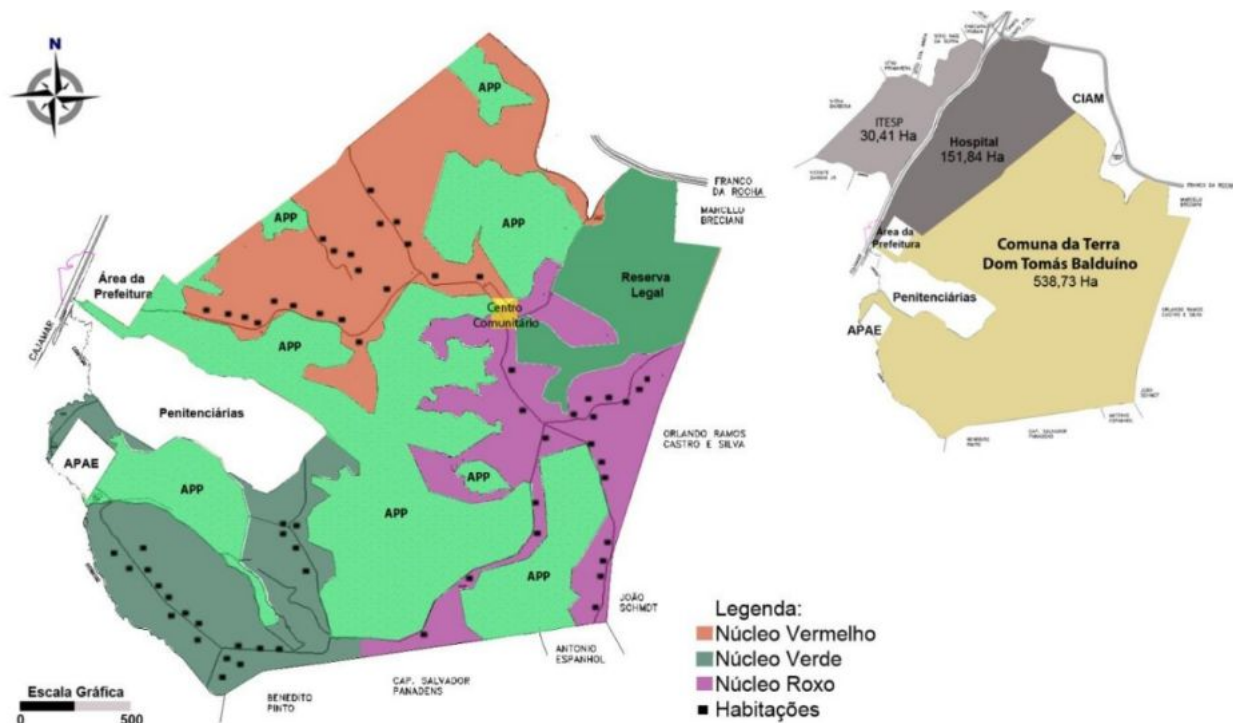
Mapa 3: Localização da Fazenda São Roque em Franco da Rocha. Fonte: RAGGI, 2014, p. 77

Após uma ação de reintegração de posse, o ITESP passa a avaliar a propriedade e conclui, em março de 2002, que esta seria passível de ser desapropriada para a implantação de um assentamento, porém este processo se estende até o meio do ano. O processo oficial de implantação é aberto em julho de 2002, permitindo que apenas 61 famílias sejam assentadas, excluindo o restante.

A partir de 2003 inicia-se a implantação de infraestrutura no lote, começando pela abertura de um poço artesiano, doado pela Igreja, e melhoria do sistema viário interno, a partir de recursos do INCRA entre 2003 e 2004.

A Comuna identificou que o terreno do lote possui um relevo extremamente acidentado, além de ter uma grande área de demarcada como APP, fazendo com que

o “raio de sol” não fosse caracterizado como o melhor modelo para parcelamento. Dessa forma, a Comuna optou por se dividir em três núcleos, cada um com lotes individuais das famílias, lotes complementares para lavouras permanentes e áreas comunitárias.



Mapa 4: Parcelamento da Comuna Dom Tomás Balduino. Fonte: RAGGI, 2014, p. 80

Os terrenos individuais para as famílias, continuam cada um entre 0,8 ha e 1,2 ha, considerando que 60% da área do lote é ocupada por uma Área de Preservação Permanente. Além dos lotes individuais, foram criados lotes de 1,6 ha e 2 ha para a criação de lavouras permanentes e outros cultivos comunitários.

A partir da implantação da Comuna, os obstáculos enfrentados pelo MST e pelas famílias assentadas passam a ser referentes à sua sobrevivência e permanência no local. Muitos dos assentados não conseguiam acesso a créditos e não possuíam condições de se manterem. Nesse cenário complexo, em 2006 há um afastamento entre as famílias, o ITESP e os próprios dirigentes do MST. É identificado também que

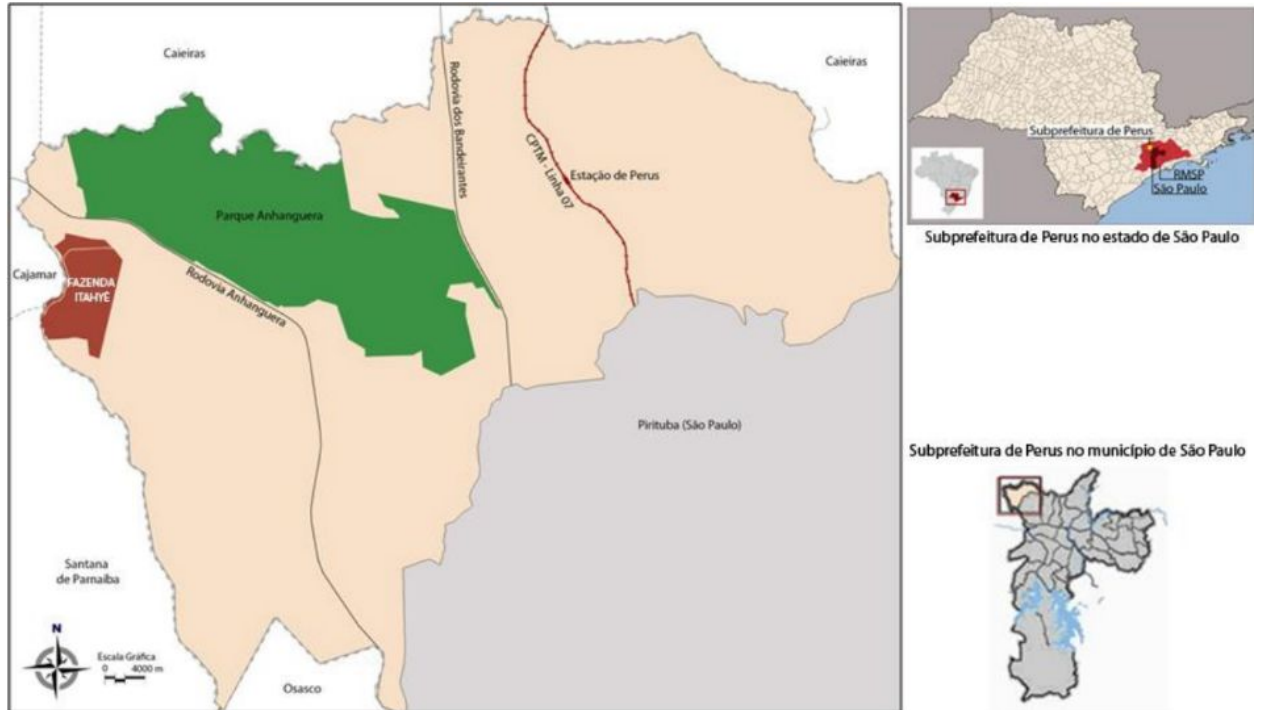
quase não há trabalho coletivo da Comuna, sendo caracterizado apenas por pequenos grupos de beneficiamento de produtos.

Atualmente, há movimentos para melhorar a articulação entre os grupos citados, como reuniões e oficinas regulares, bem como a estruturação de estratégias para garantir a sobrevivência das famílias pela produção agrícola e cooperação. É notável que o espaço comunitário mais utilizado é o chamado “ciranda”, que funciona como apoio e acompanhamento escolar para as crianças assentadas.

2.2.2 Comuna Irmã Alberta

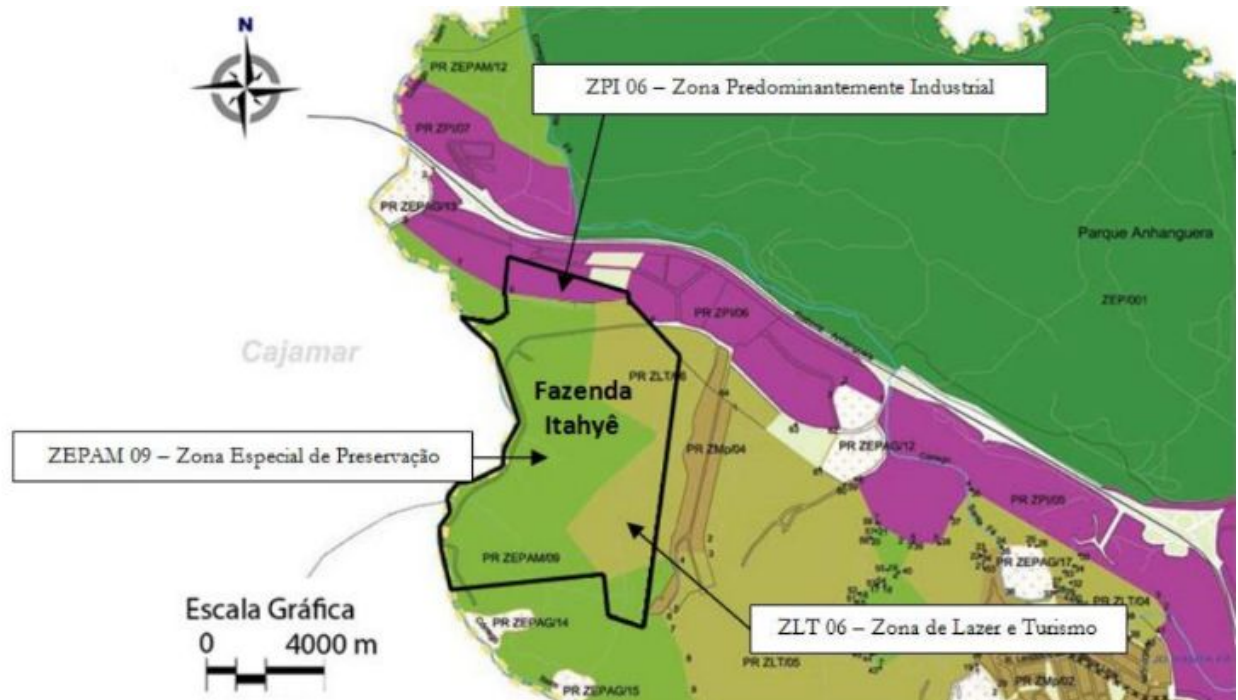
A Comuna Irmã Alberta originou-se a partir da mobilização de uma parte da população do distrito de Perus, no município de São Paulo, contra a implantação de um aterro sanitário planejado em um local desocupado no distrito, a Chácara Maria Trindade. Na mesma época houve a desapropriação pelo governo do estado da Fazenda Itahyê com o intuito de abrigar novas Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), passando então para a propriedade da SABESP, em 1998. Neste cenário, a população se manifestava com o receio de que ambas as áreas se tornassem “lixões”, decorrente de um possível sucateamento. Dessa forma, dirigentes do MST passam a apoiar a mobilização popular, que se tornou parte da luta pela reforma agrária, fazendo com que 200 famílias ocupassem pacificamente o terreno da Fazenda em julho de 2002, que se encontrava em estado de subutilização desde o processo de desocupação,.

A região do lote é considerada privilegiada em relação à proximidade dos mercados consumidores e logística de transporte, porém, enfrenta a dificuldade de estar localizada em uma área destinada à implantação de indústrias pelo PRE (Plano Regional Estratégico) da subprefeitura de Perus. A localização da propriedade pode ser vista no mapa a seguir:



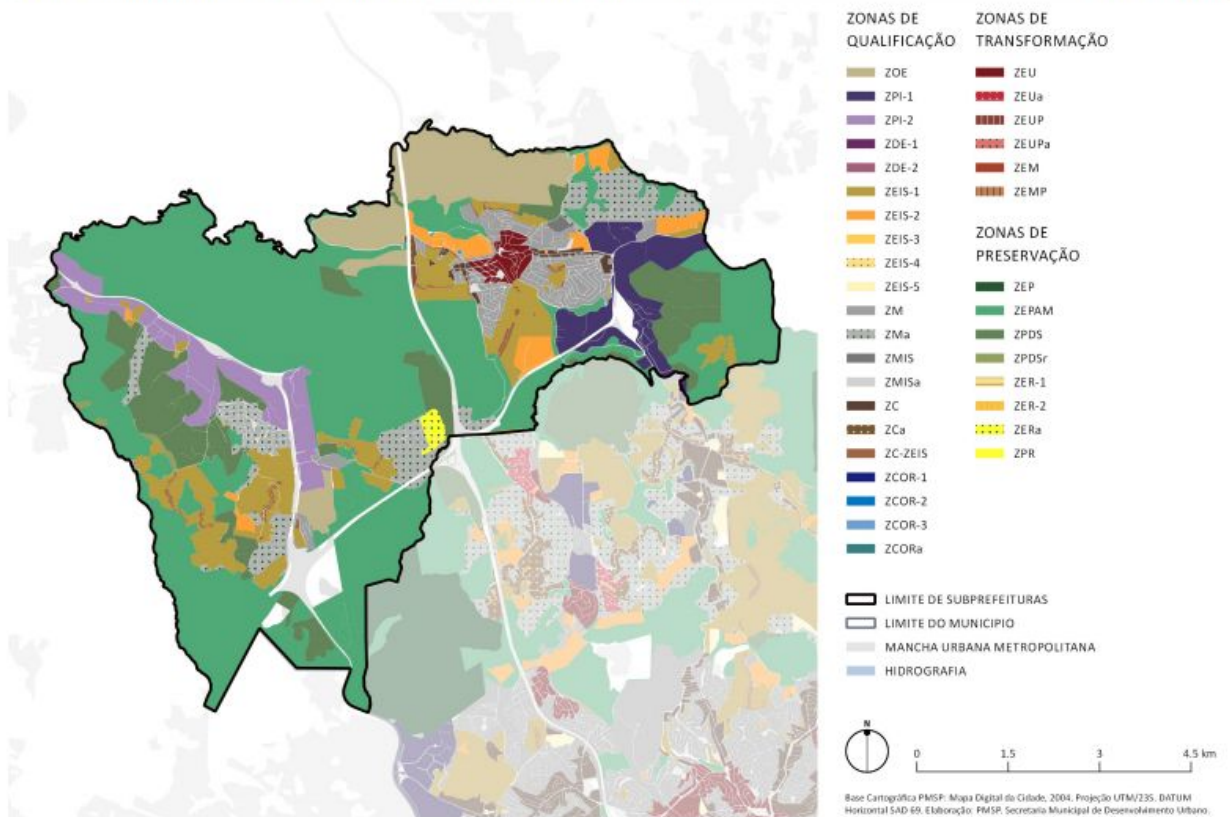
Mapa 5: Localização da Fazenda Itahyê na Subprefeitura de Perus. Fonte: RAGGI, 2014, p. 89

As complicações quanto à implantação de indústrias na área da ocupação são provenientes das regulações de uso e ocupação de solo do local, cujo Plano Regional Estratégico, desenvolvido pela subprefeitura, dispõe 3 zonas diferentes sobre o lote - uma Zona Predominantemente Industrial (chamada de ZPI 06), uma Zona Especial de Preservação (ZEPAM 09) e a Zona de Lazer e Turismo (ZLT 06) como demonstrado no mapa abaixo (RAGGI, 2014):



Mapa 6: Zoneamento com incidência na área da Fazenda Itahyê. Fonte: RAGGI, 2014, p. 91

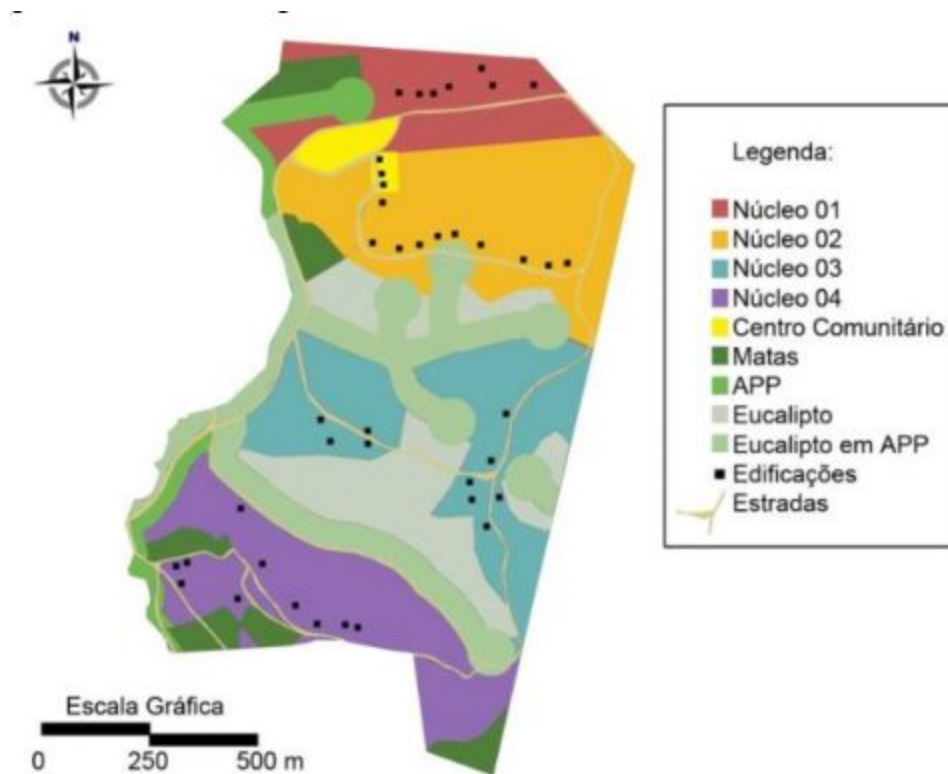
Desde a publicação da pesquisa de Raggi, em 2014, o zoneamento da região sofreu mudanças, dentre estas, a extinção da Zona de Lazer e Turismo e classificações diferenciadas para as ZEPAMs. A legislação de 2016 indica ainda a incidência da ZEPAM, ZPDS (Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável) e ZPI 2 (Zona Predominantemente Industrial) sobre o território da Comuna, como observado no mapa abaixo:



Mapa 7: Zoneamento regional da lei de Uso e Ocupação do Solo na subregião de Perus. Fonte: Gestão Urbana da Prefeitura de São Paulo, 2016, p. 17

Estas regulações explicitam o conflito de interesses presente na área, explicando, juntamente com o plano da SABESP, alguns motivos pelos quais a Comuna da Terra Irmã Alberta continua sendo classificada como um *acampamento* do MST, ao invés de um assentamento, uma vez que ainda não houve sua implantação oficial.

Quanto à sua organização interna, a Comuna Irmã Alberta, optou por dividir o território em 37 lotes individuais separados por quatro (4) núcleos, e um centro comunitário.



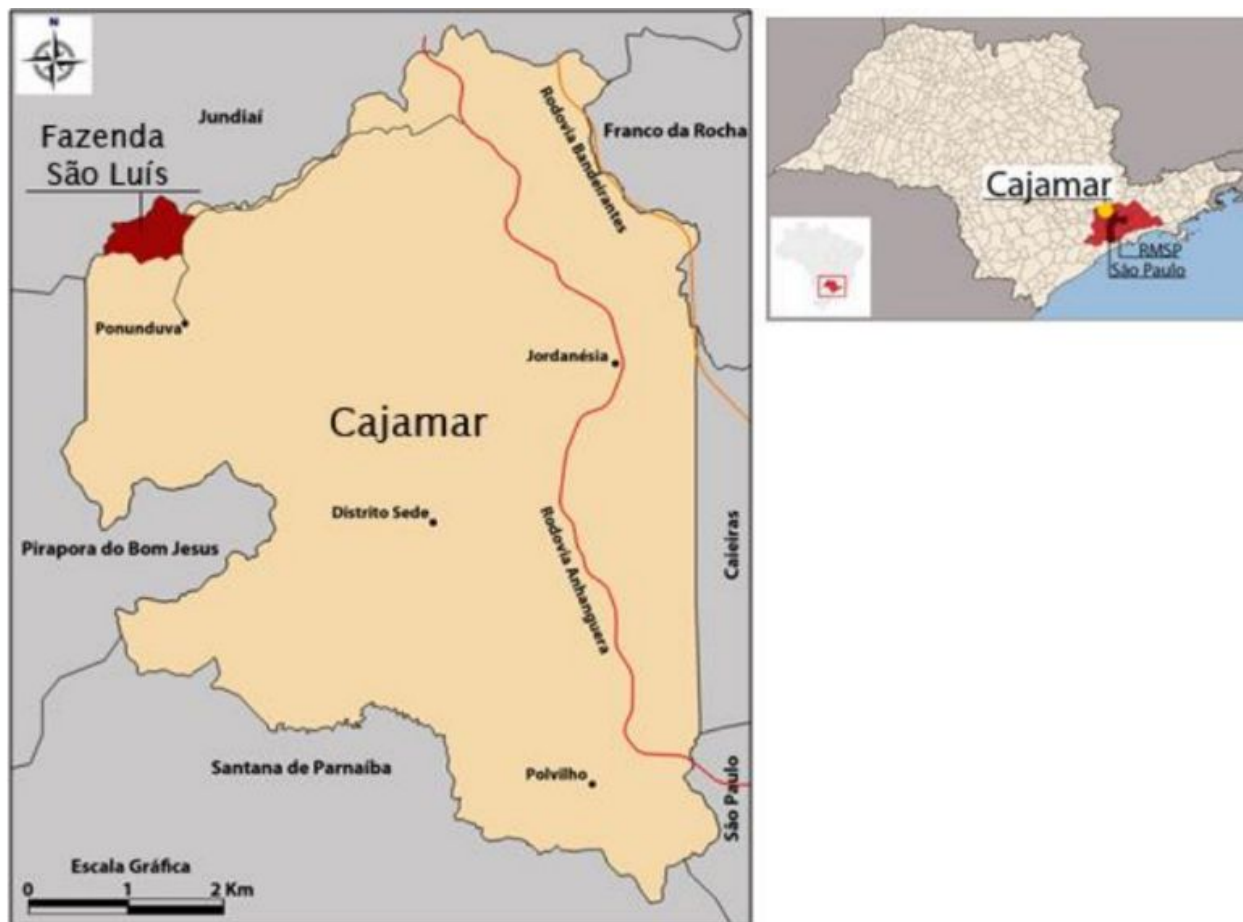
Mapa 8: Parcelamento da Comuna Irmã Alberta. Fonte: RAGGI, 2014, p. 92

2.2.3 Comuna Dom Pedro Casaldágia

A trajetória da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldágia se inicia ao lado da Comuna Irmã Alberta, onde 40 famílias implementaram uma ocupação em outro terreno subutilizado, também pertencente à SABESP, a Chácara Maria Trindade. Após uma ação de reintegração de posse, as famílias despejadas se instalam na Comuna Irmã Alberta até a ocupação da Fazenda São Luís por 60 famílias em 2004.

A área da fazenda era abrangida pela área de tombamento da Serra do Japi (cuja regulamentação mais recente é o Plano de Manejo de 2008) e pela APA Cajamar, Unidade de Conservação de Uso Sustentável; porém, ambas as regulações não explicitam proibições para a implantação de algo similar às Comunas. Dessa forma, o INCRA promove vistorias no lote que concluem que este poderia abrigar 37 famílias.

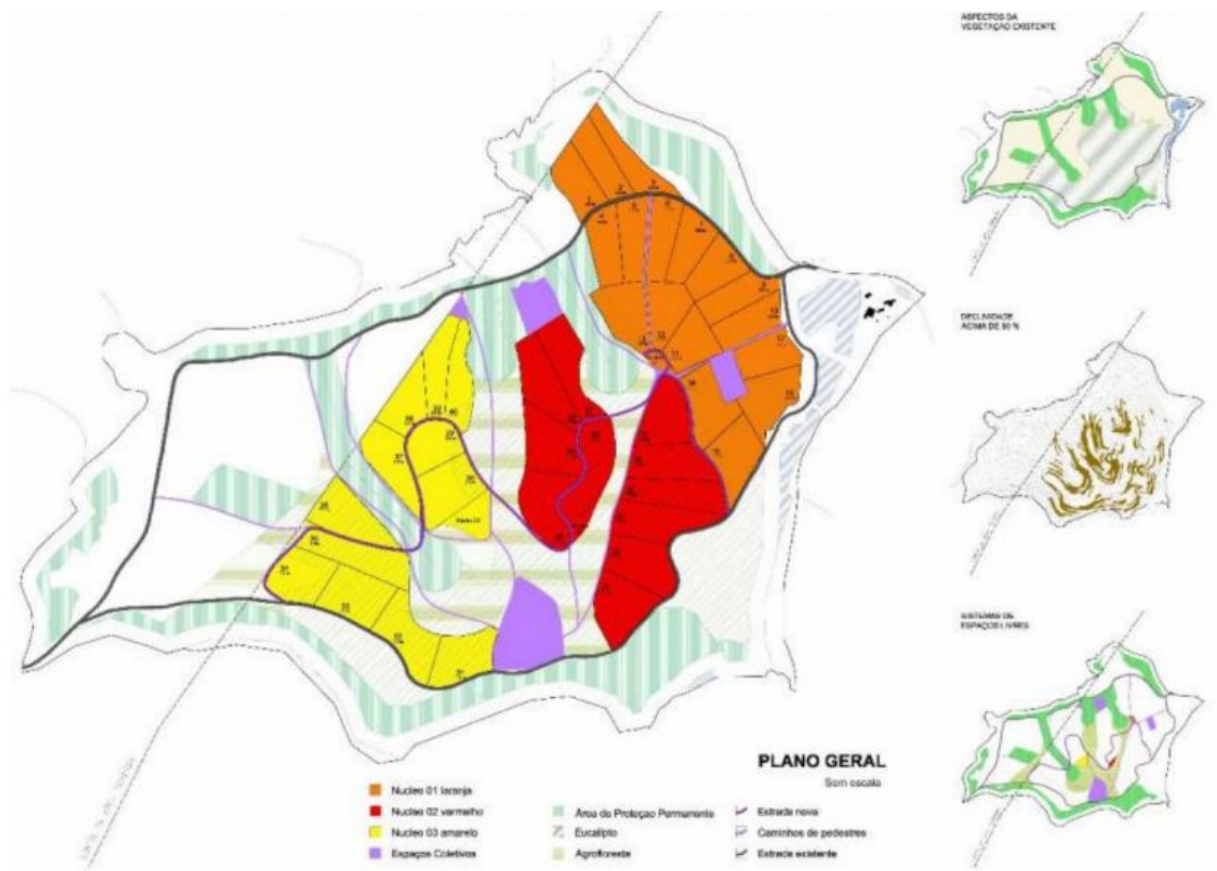
Após outros impasses, especialmente ações de despejo das famílias, inicia-se, em 2006, o processo de aquisição amigável da propriedade pelo INCRA, oficializando o assentamento na localização demonstrada no mapa seguinte:



Mapa 9: Localização da Fazenda São Luís no município de Cajamar. Fonte: RAGGI, 2014, p. 101

O processo de parcelamento na Comuna Dom Pedro Casaldáliga se deu de forma alternativa aos citados anteriormente. Em 2006, o assentamento recebeu um grupo de professores e alunos da FAU - USP em uma disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo que fizeram um processo de mapeamento participativo em conjunto com as famílias assentadas para a elaboração de propostas de parcelamento. Os modelos elaborados na oficina podem ser vistos na imagem abaixo:





Mapas 10 e 11: Propostas de Parcelamento na Comuna Dom Pedro Casaldáliga. Fonte: RAGGI, 2014, p. 110

Raggi identifica ao fim de seu estudo, executado 12 anos após a implementação da primeira ocupação que levou à criação das Comunas, diversos obstáculos encontrados na trajetória do projeto, que vão desde dificuldades financeiras das famílias à problemas acerca da regularização da terra pelo Estado. Porém, a autora enfatiza a importância e potencial do modelo para a luta pela reforma agrária, especialmente pelo foco em áreas nas franjas da expansão urbana. A direção dos esforços atuais do movimento é voltada para a manutenção da permanência das famílias na terra, o que inclui a garantia de infraestrutura e necessidade de fomentar a produção agroecológica.

Em uma tentativa de auxiliar as famílias das Comunas a superar alguns dos obstáculos identificados, produtores, assentados e dirigentes do MST criam a

cooperativa Terra e Liberdade, em 2016, que visa garantir um canal de escoamento da produção agrícola das Comunas da Terra da RMSP. Por ser uma iniciativa sem fins lucrativos e de pequeno porte, a cooperativa encontra seus próprios obstáculos no caminho para o fomento da produção agrícola de base sustentável nas Comunas. No próximo capítulo, o contexto da cooperativa será analisado a partir da premissa de que ela se configura como um Circuito Curto de Produção e Consumo em conjunto com os agricultores e pontos de venda, sendo possível classificar este circuito sob as caracterizações apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho.

3. ESTUDO DE CASO: A COOPERATIVA TERRA E LIBERDADE

Ao viver e observar os obstáculos enfrentados nas Comunas da Terra localizadas na RMSP, um grupo de dirigentes do MST, assentados e agricultores das Comunas criaram a Cooperativa Terra e Liberdade, em 2016, com o intuito de incentivar práticas de soberania alimentar na Região Metropolitana pela produção local destes assentamentos.

O foco da cooperativa na produção e distribuição local, com menos intermediários e distâncias físicas, coloca-a em um ponto central de mediação de um Circuito Curto. A análise deste circuito no presente trabalho é feita a partir das informações obtidas em entrevista com Raul de Almeida Miranda, membro ativo da cooperativa e dirigente regional da Grande SP do MST, no setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente.

A Cooperativa leva como principais diretrizes “o fortalecimento da produção agroecológica e policultivo, bem como a valorização dos saberes camponeses; o entendimento das diversidades dos produtores e moradores das Comunas da Terra e motivação da produção de base sustentável dentro dos assentamentos”, nas palavras de Raul Miranda.

Uma das problemáticas levantadas por Raggi em sua pesquisa foi a dificuldade de vendas apenas para a CONAB, pois, além da possibilidade de vender apenas produtos *in natura*, se houvesse algum impedimento, os agricultores ficariam sem outras fontes para o escoamento de produção. A partir desta observação, a cooperativa propõe mediar os agricultores e diversos canais de venda, como feiras livres e grupos de consumo, ainda se propondo a não ser a única fonte de escoamento de seus produtos. Dessa forma, os agricultores participantes definem o quanto desejam estar envolvidos com a cooperativa e outras modalidades.

A autonomia econômica dos produtores é o objetivo prioritário da cooperativa e da construção das Comunas da Terra, pois ela torna possível a manutenção e disseminação da produção agroecológica. A autonomia produtiva (de forma intrínseca à econômica), também é um dos princípios que podem caracterizar um Circuito Curto, uma vez que estes diminuem a necessidade de recursos externos. Nas Comunas, os produtos para controle de pragas e cuidados de solo, por exemplo, são produzidos a partir do que é plantado ou encontrado no próprio terreno. Autonomia produtiva para um agricultor também significa que este tem controle sobre o tipo de cultura que será produzida, bem como a quantidade (princípio da Soberania Alimentar), o que depende também de seu conhecimento da demanda e de seus consumidores.

A cooperativa se propõe a promover seminários e oficinas nas Comunas para incentivar e prestar assistência aos interessados em dar início ao processo de transição agroecológica, e para que os agricultores possam ter mais ferramentas para exercer sua autonomia produtiva, juntamente com a promoção de reuniões regulares e do incentivo à práticas coletivas de produção, como mutirões rotativos nas propriedades, com o intuito de suprir a eventual falta de mão de obra nas famílias e fortalecer o vínculo dos assentados. Estes processos são casos da dinâmica de mudança de barreiras sugerida por Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012), composta pelas estruturas de *expansão, aprofundamento e reestruturação*.

O fortalecimento da produção nas Comunas da Terra, bem como sua comercialização, é também essencial para sua continuidade, pois demonstra a demanda interna por políticas públicas que garantam a autonomia econômica dos assentados, como as compras pela CONAB (PAA) e modalidades do PRONAF, garantindo estruturas para a manutenção e continuidade da produção, que é vista como a principal atividade econômica no assentamento.

A estrutura da cooperativa Terra e Liberdade é fundamentada a partir das demandas dos produtores, que compõem a base do projeto - os agricultores interessados podem fazer parte da cooperativa não apenas para escoar sua produção,

mas para pensar em estratégias de organização para que o projeto seja mais benéfico às Comunas, atuando também na tradução das demandas das famílias envolvidas para os demais participantes quando não houver a possibilidade de encontros e reuniões.

A partir da administração destes agricultores e dos dirigentes que formam a cooperativa, é possível organizar os alimentos produzidos e sua venda. O funcionamento desta dinâmica depende diretamente da logística de transporte envolvida no escoamento da produção para as diferentes modalidades de venda. Inicialmente todo o transporte era feito com veículo próprio de dirigentes e assentados disponíveis, fazendo com que a entrega de alimento se tornasse complexa, impedindo os participantes de administrarem outros aspectos do processo. Dessa forma, a cooperativa avança de forma mais significativa a partir de 2019, quando foi possível a contratação de um motorista para auxiliar as entregas; assim, mesmo que a utilização de veículos próprios dos participantes ainda seja por vezes necessária, a logística de funcionamento passa a operar de forma mais efetiva.

Estas estratégias se configuram como uma valorização quantitativa (aumento de renda dos produtores ao evitar logísticas de venda tradicionais e distantes), bem como uma valorização qualitativa (a redução de prejuízos originados de variação de preços de mercados convencionais), como apontadas características notáveis de um CCC por Retière (2014), explicitadas no primeiro capítulo do presente trabalho.

A cooperativa inicia também sem cadastros “oficiais”, sendo caracterizada como uma organização informal, que funciona por meio da governança coletiva entre os participantes. As feiras e outros eventos são comumente cadastrados pelo MEI dos participantes, enquanto o sistema de preços dos produtos é decidido conjuntamente entre os participantes e os agricultores, se baseando em mercados já existentes.

O intuito do diálogo acerca dos preços é garantir que os agricultores estejam recebendo uma quantia justa por seus produtos, ao passo que os consumidores tenham acesso aos alimentos por preços similares ou menores (se possível) de mercados com dinâmica similar (produção orgânica, venda local e mediada por

cooperativa), garantindo prioritariamente uma pequena margem de lucro para os produtores, como estratégia para o alcance da autonomia econômica dos agricultores, com o intuito de possibilitar sua permanência na terra e continuidade da produção.

A divisão da renda dentro da cooperativa é feita a partir das vendas do período; o motorista é o único agente que recebe um salário fixo, visto que o trabalho dos membros restantes não é remunerado. Dessa forma, o restante da renda é repassada diretamente para os produtores, descontadas eventuais ajudas de custo para membros que prestaram assistência (como para suprir os gastos com combustível, por exemplo). A divisão habitual pode ser vista no gráfico abaixo, apontando 35% da renda direcionada para os Custos Gerais (salário do motorista e caixa da cooperativa para fortalecer o movimento), 10% com Gastos Diários da logística, como gasolina, e 55% da renda repassada aos agricultores:

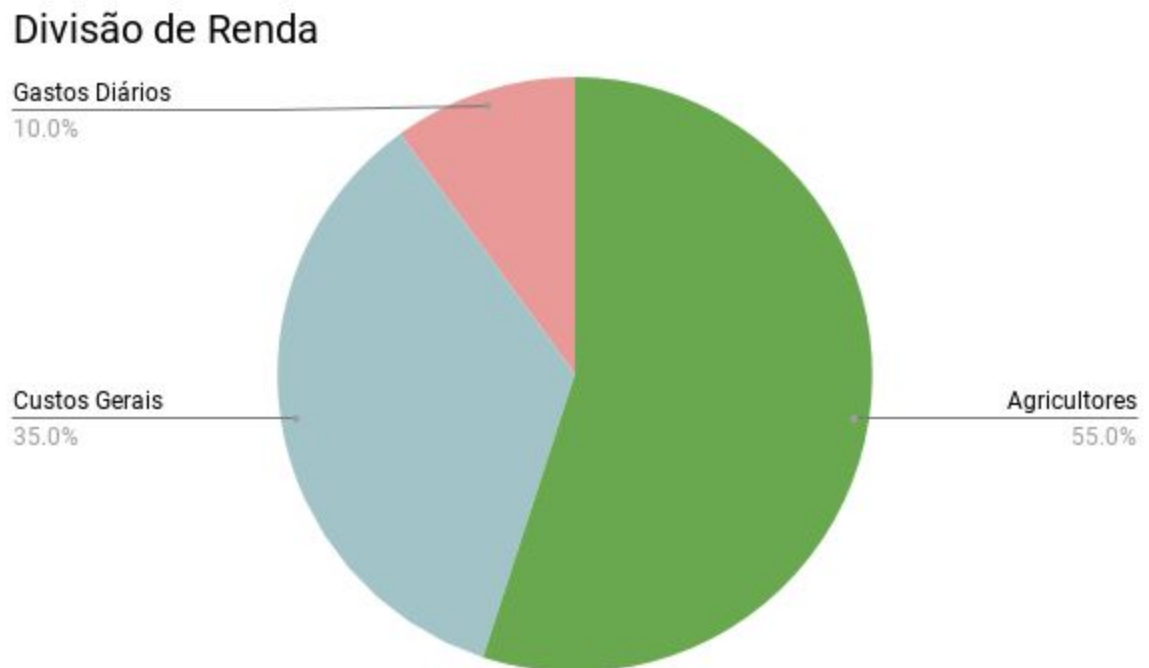


Gráfico 4: Divisão de renda habitual. Elaboração própria. Fonte: dados fornecidos pela Cooperativa

Precedendo o momento das vendas e entregas de produtos, a cooperativa estrutura um breve mapeamento da demanda e oferta disponíveis no período, o que constitui em elaborar um inventário do que cada produtor pretende fornecer, checar as demandas de compra para pedidos *online* e calendário de feiras e eventos.

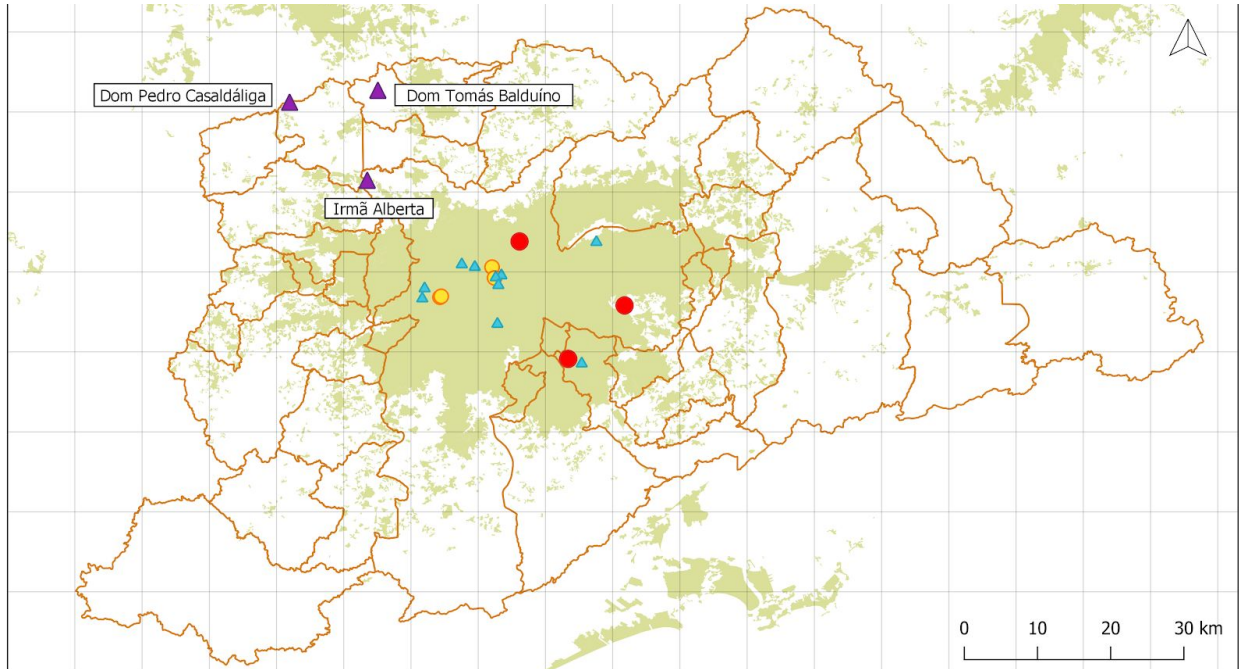
Os produtos comercializados podem ser *in natura* (especialmente na entrega de cestas, eventos e feiras) ou na forma de produtos beneficiados, que podem estar presentes em todas as modalidades, com ênfase para a venda avulsa. O beneficiamento de produtos nas Comunas da Terra é feito por organizações coletivas, fortalecendo assim, o processo de produção. O beneficiamento também permite ao produto um maior valor agregado e tempo de prateleira. Os únicos produtores que não estão nas Comunas da Terra, mas que são também mediados pela cooperativa, são fornecedores de produtos beneficiados vindos de outros locais para serem vendidos no Armazém do Campo, especialmente de assentamentos da região Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, como café, arroz e feijão. Estes produtos contêm informações acerca dos assentamentos e produtores de origem, caracterizando a *proximidade social* envolvida no circuito, mesmo quando produtos e consumidores não possuem *proximidade geográfica*, trabalhando em escala territorial, de forma a evidenciar as práticas e representações da produção (RETIÉRE, 2014).

A cooperativa atua como mediadora para diversos canais de venda para os agricultores, dentre os principais estão a venda avulsa (fornecimento para locais fixos, como o Armazém do Campo, do MST, o Instituto Baru e o Instituto Feira Livre), a entrega de cestas periódicas (organizadas por venda online), feiras livres em unidades do SESC (SP) outros eventos pontuais. Estas modalidades de venda colocam a cooperativa Terra e Liberdade em três das categorias que Claudia Ranaboldo e Marta Arosio (2014) elencam como possíveis para um CCC (venda direta na propriedade; feiras livres; venda em lojas e supermercados; entrega à domicílio; venda antecipada online; consumo direto na propriedade; venda ao setor público; exportação), ainda levando em consideração que, para além da cooperativa, os agricultores podem

independentemente se encaixar em outras modalidades, como a venda para o setor público ou a venda direta na propriedade.

Ao considerar que este circuito de venda contempla diversas modalidades e conseqüentemente diversos pontos na RMSP observa-se também que a distância física considerada “curta” em um CCC depende diretamente do contexto em que está inserido. A cooperativa percorre mais de 30km, sendo necessário considerar os desvios e tráfego intenso da região para contemplar todos os pontos de venda e locais de abastecimento, mas mesmo assim pode ser considerada como mecanismo de um CCC, pois as mercadorias não saem da zona local ao se considerar a Região Metropolitana de São Paulo (o local de produção das Comunas, por exemplo, é uma das áreas passíveis de grande produção agrícola mais próximas da área mais urbanizada das cidades e das maiores demandas de consumo); a produção não passa também por mais de dois intermediários e é acompanhada de uma valorização da dimensão social, uma vez que os agricultores podem fazer parte do processo de venda e o consumidor tem contato com o produtor e com a história de origem do alimento comprado.

A localização dos pontos de venda de cada modalidade em relação a localização das Comunas da Terra pode ser observada nos mapas abaixo, demonstrando também a proximidade das Comunas e dos pontos de venda às grandes vias estruturais da região:

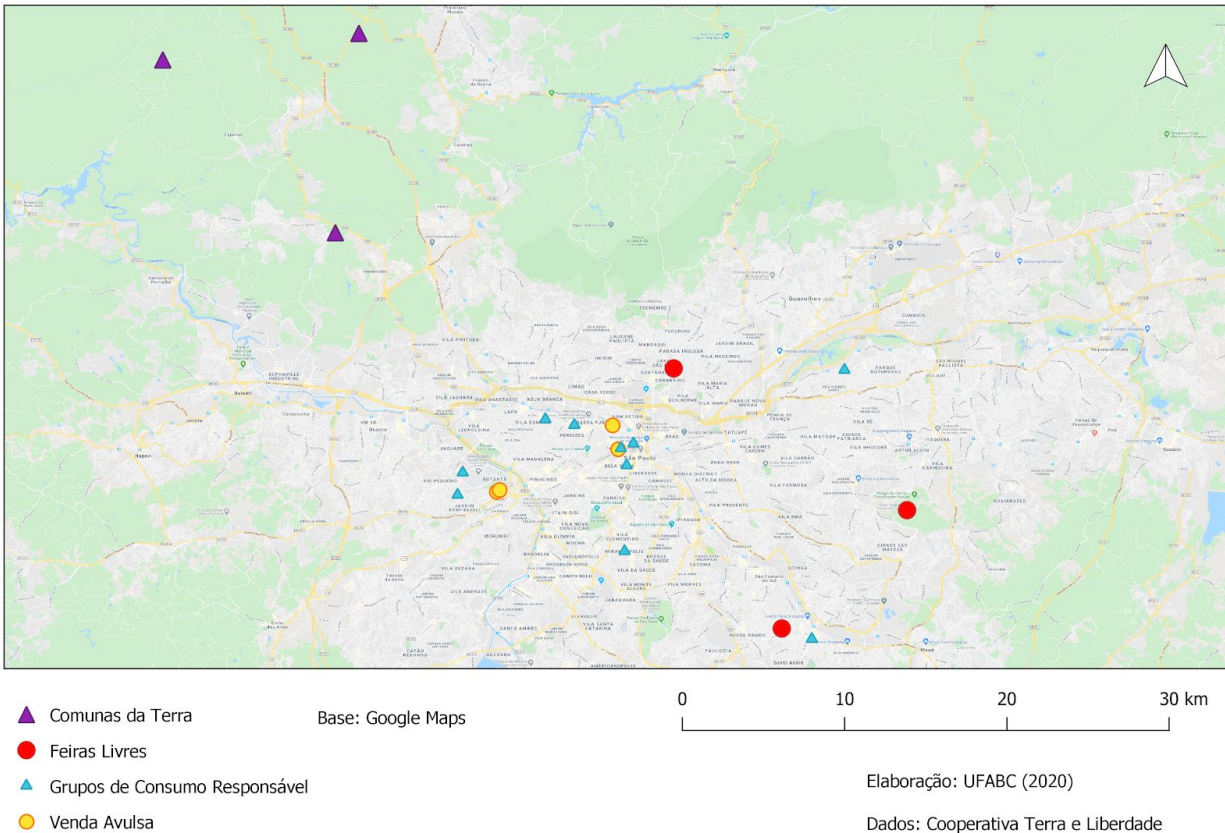


- ▲ Comunas da Terra
- Venda Avulsa
- Feiras Livres
- Municípios da RMSP
- ▲ Grupos de Consumo Responsável
- Mancha Urbana (IBGE 2015)

Elaboração: UFABC (2020)

Dados: Cooperativa Terra e Liberdade

Mapa 12: Localização e classificação dos pontos de venda da cooperativa e das Comunas da Terra na RMSP. Fonte: dados da Cooperativa Terra e Liberdade, elaboração própria



Mapa 13: Localização dos pontos de venda da Cooperativa Terra e Liberdade e Comunas da Terra em relação à grandes vias da região. Fonte: dados da Cooperativa Terra e Liberdade. Elaboração própria

Dentre estas modalidades de venda, a mais tradicional é a participação da cooperativa em feiras livres que ocorrem em algumas unidades do SESC da São Paulo. Estes eventos são apontados como o primeiro contato de diversos consumidores com os produtos do MST, e são considerados de extrema importância para a valorização do projeto das Comunas da Terra, uma vez que os consumidores procuram constantemente trocar informações e criar laços com os agricultores presentes. Na entrevista, Raul Miranda menciona casos de consumidores que não conheciam os produtos da reforma agrária, e atualmente, após o encontro nas feiras livres, fazem questão de comparecer aos eventos e até trocam telefones com os agricultores para terem informações frequentes sobre o projeto.

Quanto ao perfil dos consumidores, o relato é que aqueles que optam pela entrega de cestas periódicas costumam ser os mais engajados com as questões políticas, sociais e ambientais envolvidas neste ciclo de produção. A entrega de cestas da cooperativa Terra e Liberdade segue uma dinâmica diversa das tradicionais (vistas em outros meios de consumo coletivo, por exemplo) do ponto de vista territorial, pois esta se dá pela criação de GCR (Grupos de Consumo Responsável), que centralizam a entrega das cestas em apenas uma localidade por bairro.

A cooperativa orienta consumidores interessados a se organizarem dentro de seus bairros para assim criarem os GCR, fomentando assim, o surgimento de uma identidade territorial dos moradores e maior engajamento. Dessa forma, o que seria apenas uma entrega de alimentos, se torna um canal para se entender a produção e o consumo como ações políticas.

Considerando as diretrizes do projeto e a dinâmica dos Grupos de Consumo Responsável, a cooperativa incentiva a criação de GCR em sindicatos, podendo eventualmente ajustar os preços de venda com o intuito de tornar sua produção acessível aos trabalhadores.

Observando a estrutura dos CGR, bem como a inclusão de produtos vindos de distâncias mais longas e consumidores que criaram laços com os produtores, é possível notar a agregação do componente *emocional* e valor social depositado nas trocas ocorridas no contexto da cooperativa, fortalecendo os processo de *ressocialização* e *reespacialização* explorados por Retière (2014), considerando as diferentes proximidades proporcionadas por um CCC.

Ao analisar o circuito formado pela cooperativa no contexto do presente trabalho, o modelo escolhido para representar as trocas ocorridas foi a priorização da elaboração de mapas que viabilizam a identificação do circuito em um espaço físico, possibilitando a observação das distâncias entre pontos de venda e origem dos alimentos, bem como a proximidade destes pontos às rotas de transporte estruturais da região, em detrimento da construção de um esquema em rede, como na análise feita

por Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) acerca do circuito formado pela Rede Ecovida, uma vez que esta abrange um mercado consolidado, em decorrência de seu tempo de existência, e presença em diversos municípios.

A espacialização dos pontos de produção e consumo tem o potencial de auxiliar os participantes da cooperativa no mapeamento de oferta e demanda de produtos para cada período de eventos e entregas de cesta.

Ao analisar o funcionamento da cooperativa Terra e Liberdade em relação à produção das Comunas da Terra, com seus diversos obstáculos e peculiaridades, é perceptível que suas estruturas atendem aos critérios apontados por Rambo e Freitas (2019) e Claudia Ranaboldo (2007) para se identificar um Circuito Curto de Produção e Comercialização, mesmo atuando em um papel de *intermediária* do circuito (preferencialmente inexistente em um CCC). O circuito formado pela cooperativa, as comunas e os consumidores continua atendendo à característica de possuir *baixa intermediação*, apontada por Ranaboldo (2007), pois a Terra e Liberdade é formada também pelos produtores, sem a presença de intermediação de agentes alheios ao projeto das Comunas. Para além da mediação feita pela cooperativa, o circuito cumpre os critérios de aproximação geográfica, valorização local dos produtores fortalecimento do capital social pautados pelos autores, mesmo que com peculiaridades.

Esta análise exemplifica uma das inúmeras maneiras de funcionamento de um CCC, mostrando como este é um conceito amplo e relevante quando se trata da produção e distribuição de alimentos, especialmente no contexto metropolitano, identificando também os principais processos e dinâmicas que podem ser observados em um circuito emergente, baseado em uma cooperativa criada recentemente, que dialoga com agricultores recentemente assentados e no início de sua produção alimentícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica acerca dos aspectos teóricos dos Circuitos Curtos de Consumo e suas implicações frente aos sistemas tradicionais de produção agrícola, podemos observar sua presença e peculiaridades nas cadeias alimentares brasileiras, especialmente focando na agricultura familiar, e políticas públicas destinadas aos pequenos produtores.

A identificação de CCC no Brasil não pode deixar de lado a importância presente nas ações do MST, que, por meio da luta pela reforma agrária no país, mobilização de famílias e criação de assentamentos, acaba por fortalecer a autonomia dos agricultores assentados e criar cadeias de produção agrícola alternativas, de base ecológica e de maior valorização social, tanto pela sua dimensão política, quanto por sua oportunidade de relação com os consumidores. Dentre as estratégias do MST, foram destacadas as Comunas da Terra, assentamentos da reforma agrária localizados nas proximidades de grandes centros urbanos, possibilitando a criação de novas cadeias para abastecimento no âmbito metropolitano.

Após um estudo acerca da trajetória e dinâmicas das Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo, é possível compreender este fenômeno de forma mais concreta. Para isto, foi feita uma análise do funcionamento da Cooperativa Terra e Liberdade, composta por agricultores das Comunas e Dirigentes do MST para constituir um canal de escoamento da produção agroecológica destes territórios. A cadeia produtiva propiciada pela cooperativa pode ser considerada um CCC, mesmo contando com um agente intermediário, pois é projetada para o fomento da produção local, mantendo as curtas distâncias percorridas até o consumidor, criando modalidades de venda alternativas aos mercados tradicionais e que permitem a aproximação dos produtores e consumidores. Portanto, identifica-se uma valorização econômica e social da produção, a venda por canais alternativos, um aumento da autonomia dos produtores e uma identificação territorial intrínseca aos alimentos produzidos.

O estudo da Cooperativa Terra e Liberdade foi feito a partir de uma entrevista com um dos participantes dirigente do MST, que forneceu as informações necessárias. Dito isto, é necessário frisar que o presente trabalho sofreu limitações metodológicas para aprofundar o estudo, uma vez que não foi possível acompanhar em campo a logística de produção e venda, em decorrência da paralisação temporária das atividades do projeto em março de 2020 devido à pandemia de COVID-19.

Dessa forma, são sugeridas algumas linhas e ações possíveis para a continuidade deste estudo em trabalhos futuros. Dentre estes, o acompanhamento da rotina de produção, recolhimento e entrega de alimentos da cooperativa; o levantamento de dados acerca da localização dos consumidores, especialmente dos Grupos de Consumo Responsável, para que seja possível estruturar espacialmente a rede completa formada pelo CCC estudado, e o acompanhamento a longo prazo do funcionamento da Cooperativa Terra e Liberdade com o intuito de observar a necessidade da mediação da entidade nas diferentes dinâmicas de venda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GASPARI, Luciane Cristina de. Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos: o lugar da agricultura nas estratégias familiares. 2016. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz Piracicaba. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-05012017-150126/publico/Luciane_Cristina_de_Gaspari_versao_revisada.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020

GOLDFARB, Yamila. A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02012008-112829/pt-br.php>. Acesso em: 20 jan. 2020. doi: 10.11606/D.8.2007.tde-02012008-112829

GONÇALVES, Juliana; MASCARENHAS, Thaís. As várias faces do sistema alimentar e a experiência da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. Consumo Responsável em Ação, Instituto Kairós, São Paulo, p. 71 - 88. 2017.

IDEC. 2019. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Desertos alimentares. Encontrar alimentos saudáveis pode ser tão difícil quanto descobrir um oásis no Saara. Disponível em <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Desertos-Alimentares.pdf>. Acesso em mar. 2020

LEÃO, Vitoria Oliveira. Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo: relações de proximidade e de confiança em foco. 2019. Dissertação de

Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-19112019-123542/publico/Vitoria_Oliveira_Pereira_de_Souza_Leao_versao_revisada.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020

MACÍAS, Javier. Circuitos alimentarios de proximidad: Una acercamiento al anclaje territorial de formas emergentes de producción y consumo rururbanas. In: III Congresso Internacional de Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural, 2016, Brasília. Anais: Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE), 2016. p. 14-24. Disponível em http://rete.inf.br/congresso2016/anais/anais_completo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

MENDONÇA, João Victor Jardim. Uma análise conjuntural do Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC). 2018. Trabalho de Graduação Integrado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021104/tce-19022019-095940/?&lang=br>. Acesso em: jun. 2020.

PLOEG, J; JINGZHONG, Y; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. Journal of Peasant Studies. v. 39. p. 133-173. 2012. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/233337679_Rural_development_through_the_construction_of_new_nested_markets_comparative_perspectives_from_China_Brazil_and_the_European_Union. Acesso em: 10 jan. 2020

Prefeitura de São Paulo, Gestão Urbana. Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras (Perus). 2016. Disponível em: <

<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/QA-PR.pdf> >.
Acesso em: 06 jun. 2020.

RAGGI, Roberta Vieira. O outro lado da metrópole: As Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo. 2014. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-29072014-170607/pt-br.php>>.

Acesso em: 10 jan. 2020. doi: 10.11606/T.16.2014.tde-29072014-170607

RAMBO, Anelise Graciele; FREITAS, Tanise Dias. Reconexão entre produção e consumo de alimentos e a política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 118-141, set. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14121>>. Acesso em: 10 jan. 2020. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14121>.

RANABOLDO, Claudia María. Desarrollo rural, territorios e identidades culturales. perspectivas desde américa latina y la unión europea. *Revista Opera*, Bogotá, v.7, p. 9-31. mai. 2007. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67500702>> . Acesso em: 10 jan. 2020.

RANABOLDO, C.; AROSIO, M. 2014. Rural-Urban Linkages: Short food chains and local food systems. Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural *working paper series*. v. 129, Santiago, Chile, 2014. Disponível em <http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1422300274RULinkages_Shortfoodchains_Final_inSpanish_edited.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RETIERE, Morgane Isabelle Helene. Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014.

Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz Piracicaba. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/pt-br.php>. Acesso em: 10 jan. 2020. doi: 10.11606/D.91.2014.tde-06102014-160246

APÊNDICE - PERGUNTAS ORIENTADORAS PARA A ENTREVISTA

Dimensão Econômica:

- Como são determinados os preços dos produtos?
- Quais são as formas de venda?
- Há intermediários entre os produtores e consumidores? Como é feita a divisão da renda?

Dimensão Espacial:

- Como é feito o transporte dos alimentos?
- Qual a distância e localização dos pontos de produção e venda?
- Quais as principais rotas de transporte utilizadas?

Dimensão Social:

- Há a construção de relações entre os produtores, consumidores e intermediários? Qual o benefício dessas relações?
- Há troca de informações sobre a origem dos produtos com os consumidores?

Dimensão Ambiental:

- Há dados (qualitativos/empíricos) acerca de melhorias ambientais nos locais de produção?
- Como é o processo de produção? Quais técnicas de agricultura sustentável são utilizadas?

Outros:

- Qual a origem dos recursos utilizados na produção?
- Há integração com políticas públicas? Se sim, quais?